RESUMO DO LIVRO: POR UM FEMINISMO AFRO LATINO AMERICANO

como podemos levar para as crianças uma formação afro latino americada, se não dispomos de uma?

PRIMEIRA PARTE - ENSAIOS

Cultura, etnicidade: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher

O capítulo, Cultura, etnicidade: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher, está separado em quatro tópicos, sendo eles: introdução; questões de teoria; as relações raciais no Brasil após a abolição e a mulher negra.

Na introdução é abordado a estrutura e funcionamento do modo de produção capitalista em formações socioeconômicas específicas, como a brasileira. O capítulo aponta que se baseia nas teses desenvolvidas por José Nun sobre conceitos como "superpopulação relativa", "exército industrial de reserva" e "massa marginal". Que trouxe os dois principais elementos da estrutura do capitalismo que é o trabalhador livre e o capital. De modo geral aborda que o capital e o mercado usado em um determinado país para a produção de renda. E o "trabalhador livre" é quem faz a produção por traz do mercado. Existem três processos de acumulação qualitativamente distintos - capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Cada um tem diferentes efeitos sobre a força de trabalho, levando à coexistência de dois mercados de trabalho distintos. Destacando que o capital monopolista tem salários maiores,menos mão de obra, com altas taxas de rendimento e segue as leis sociais, enquanto o competitivo é seu oposto. E que dentro da indústria a massa marginal é dividida em quatro partes: "parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo; maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividades terciárias de baixa remuneração; maioria dos desocupados; totalidade da força de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial" (p. 27). A superpopulação relativa é dividida em "massa marginal" e "exército industrial de reserva". A massa marginal é composta por grupos como trabalhadores em setores competitivos, trabalhadores de baixa remuneração e desempregados. O texto discute a integração social e a integração dos sistemas dentro do capitalismo. A não funcionalidade da massa marginal indica problemas na integração dos sistemas, levando a padrões específicos de integração social. José Nun

distingue três tipos de implicação marginal no processo produtivo: “1. Tipo A : abrange os diferentes modos de fixação da mão de obra e se divide em quatro categorias principais: a) rural “por conta própria” (comunidades indígenas, minifúndios de subsistência, pequenos mineiros etc.); b) rural “sob patrão” (colonos semisservis de fazendas tradicionais, comunidades “dependentes” ou “cativas”, trabalhadores “vinculados” por métodos coercitivos etc.); c) urbano “por conta própria” (pequenos artesãos pré-capitalistas); d) urbano “sob patrão” (trabalhadores, sobretudo em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em dinheiro). 2. Tipo B : constituído por mão de obra livre que fracassa, total ou parcialmente, na tentativa de se incorporar de forma estável no mercado de trabalho. A diferença fundamental, nesse caso, permite distinguir as variedades rural e urbano das formas compreendidas no tipo: o desemprego aberto, a ocupação “refúgio” em serviços puros, o trabalho ocasional, o trabalho intermitente e o trabalho por temporada. 3. Tipo C : inclui assalariados dos setores menos modernizados que se caracterizam por condições muito rigorosas de trabalho, escassa aplicação da legislação social e remuneração em torno do nível de sobrevivência. Na medida em que aqui também se impõem as variedades rural e urbano, vale notar que enquanto nessa última as manifestações tendem a se localizar em empresas de baixa produtividade, o mesmo não ocorre necessariamente no campo.” (p. 30). A introdução também faz uma crítica à abordagem dualista das formações periféricas e destaca a importância de considerar as contradições estruturais do sistema capitalista.

No segundo tópico, questões de teoria, é abordado diferentes posicionamentos teóricos sobre a situação da população negra e mulata no Brasil, analisando as perspectivas de sociologia acadêmica, marxismo ortodoxo e uma terceira abordagem focada na internalização do processo de colonização. Na abordagem da sociologia acadêmica, vê a marginalização do negro como resultado do "despreparo do ex-escravo" para se integrar à sociedade livre. Essa visão desloca a responsabilidade da marginalização para o negro e minimiza o papel do sistema e das instituições brancas na manutenção das desigualdades raciais. já na abordagem do Marxismo Ortodoxo, a questão racial é reduzida a uma questão econômica. A discriminação racial é vista como uma tática do capitalismo para dividir o operariado. No entanto, essa visão é criticada por não considerar a realidade específica do Brasil e por sua inabilidade em abordar as complexidades das relações raciais. Por último, a Internalização da Colonização destaca como o grupo branco dominante se beneficiou da exploração dos grupos raciais. A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial são exemplos dessa

internalização. O texto menciona o exemplo de Oliveira Vianna, que defendeu a imigração europeia como meio de "branquear" a população brasileira. O texto conclui que é importante considerar todas essas perspectivas para uma análise objetiva das relações raciais no Brasil, reconhecendo a complexidade e a interconexão dos diferentes fatores em jogo.

Seguindo para o terceiro tópico, as relações raciais no Brasil após a abolição, trata as relações raciais, discutindo o papel do racismo como uma construção ideológica e um conjunto de práticas que beneficiam determinados interesses, após a abolição da escravatura. O racismo no Brasil não apenas persistiu após a abolição da escravatura, mas também se intensificou, favorecendo certos interesses. Essa perpetuação do racismo está intrinsecamente ligada à ideologia e à reprodução social. A ideologia, que representa o real, tende a ser tendenciosa e mantém a ordem social, fazendo com que tanto os beneficiários quanto os prejudicados internalizem e perpetuem essas ideias. A questão racial está fortemente vinculada à posição subordinada na reprodução das classes sociais. O racismo atua como um determinante primário na posição dos não brancos nas relações de produção e distribuição. Além disso, a escravidão deixou marcas na distribuição geográfica da população negra, concentrando-a em regiões periféricas e subdesenvolvidas. Dentro do contexto capitalista, o racismo desempenha um papel estrutural, estabelecendo uma divisão racial do trabalho e influenciando os mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes. Como resultado, a população negra é predominantemente marginalizada, enfrentando discriminação ocupacional, acesso limitado à educação e falta de oportunidades. A ideia de democracia racial no Brasil é um mito que encobre a realidade da discriminação racial, perpetuando a indiferença e ignorância em relação ao grupo negro. Mesmo correntes progressistas podem reproduzir injustiças raciais ao abordarem a questão do negro apenas sob uma perspectiva socioeconômica, ignorando o racismo estrutural. Os aparelhos ideológicos do Estado, como o sistema educacional, são utilizados para manter a estrutura de discriminação cultural, promovendo uma visão eurocêntrica e alienando a identidade negra. Esta discriminação é evidente desde a infância, com muitas crianças negras sendo estigmatizadas como indisciplinadas ou menos inteligentes, sendo encaminhadas para postos de saude menntal e submetidas a testes e tratamentos que buscam ajustá-las à norma social.

O último tópico é a mulher negra, que vem destacando a situação da mulher negra no Brasil desde o período imediatamente após a abolição da escravatura até os dias atuais, evidenciando a persistência de desigualdades sociais e raciais. Após a abolição, a mulher negra assumiu o papel central de sustento e apoio moral em suas famílias, enfrentando uma

jornada exaustiva de trabalho doméstico e na casa das suas patroas. Esta realidade é evidenciada pelo censo de 1950, que mostra um baixo nível de educação entre as mulheres negras e a predominância de trabalhos no setor de serviços pessoais. No entanto, os censos subsequentes até 1080, revelaram uma lacuna de dados sobre o quesito cor, com a justificativa de problemas técnicos na coleta de informações sobre a situação das mulheres negras no mercado de trabalho pela diferença da cor em estados diferentes. Sendo "importante ressaltar que, por maiores que sejam as dificuldades de ordem técnica existentes, não se pode permanecer na ignorância de dados quantitativos que nos permitam melhor informação a respeito da população de cor em nosso país. Sob as alegações apresentadas, delineia-se a intenção de escamotear a situação de miséria e desamparo em que ela se encontra, além do interesse em aparentar a inexistência da discriminação racial no Brasil" (p. 41). Com a modernização e o crescimento industrial no Brasil, a indústria têxtil entrou em declínio, impactando a presença da mulher negra na classe operária e limitando sua ascensão profissional devido à falta de educação formal. Esta limitação é exacerbada pela discriminação enfrentada por elas, tanto devido ao gênero quanto à cor da pele, perpetuada pelo racismo cultural que ainda prevalece no país. Apesar do crescimento das classes médias desde 1950, significou que as oportunidades de trabalho para a população negra se deterioraram. Este cenário é ainda mais complexo quando observamos o movimento feminista brasileiro, muitas vezes liderado por mulheres brancas de classe média, que negligenciou a questão da discriminação racial, invisibilizando a exploração da mulher negra em seus discursos. Esta invisibilidade destaca a urgência de enfrentar o racismo estrutural e cultural presentes na sociedade brasileira. A denúncia das múltiplas formas de exploração enfrentadas pela mulher negra, apesar de frequentemente interpretada como revanchismo ou emoção excessiva, é na verdade uma tentativa legítima de dar voz e agência ao grupo historicamente excluído, desafiando os discursos de exclusão e paternalismo. Também é apontado que a emoção não é a renúncia da razão, mas um modo de torná-la mais concreta, se tornando então uma outra razão. Infelizmente, a mulher negra ainda é frequentemente relegada a dois papeis sociais principais: "doméstica" ou "mulata", categorias que limitam e distorcem sua percepção na sociedade, reduzindo-a a estereótipos e objetos de consumo, em vez de reconhecer sua contribuição e dignidade como ser humano.

A juventude negra brasileira e a questão do desemprego

Neste segundo capítulo, a juventude negra brasileira e a questão do desemprego. A autora fala sobre como o capitalismo monopolista impede o crescimento equilibrado dos países subdesenvolvidos, o que leva à formação de uma massa marginal que caracteriza a problemática em questão do desenvolvimento desigual e combinado. A hegemonia do capitalismo monopolista, junto ao capitalismo comercial e industrial competitivo, acaba por criar diversos momentos históricos. A questão da funcionalidade da superpopulação relativa constata que, no Brasil, em sua maioria, se torna supérflua e cria-se uma massa marginalizada. Sendo assim, está claro que "todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas populações. E, "coincidentemente", os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira" (p.45). O privilégio racial é evidente na sociedade brasileira. Na medida em que pensamos a divisão racial do trabalho, é perceptível o grande beneficiamento que o grupo branco, "sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo" (p.46), tem ao competir por uma vaga de emprego. Por mais que os negros tenham a mesma capacitação. Com essa desigualdade no critério para conseguir um trabalho, "não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações 'refúgio' em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc." (p.46). Com essa barreira tão enraizada para o negro conseguir um emprego, a sua condição de vida fica cada vez mais precária. Um mecanismo muito cruel utilizado é a perseguição, opressão e violência do negro brasileiro feitas pelos policiais. A partir disso, para os policiais, "todo negro é um marginal até prova em contrário". Tornando-se óbvio que não é mera casualidade este senso comum.

A questão do desemprego impacta a vida da população, que é considerada reserva para o capitalismo monopolista hegemônico, atingindo mais especificamente o povo negro. Sendo assim, as estruturas da economia brasileira forçam essa população marginalizada a lutar diariamente pela sua sobrevivência, apelando de todas as formas possíveis e, consequentemente, deixando de frequentar a escola. Um ponto importante a ressaltar é o apontamento de que, em todos os países subdesenvolvidos, o Brasil tem seus dados oficiais sobre o desemprego aberto praticamente inexistentes. Para finalizar, é pontuado que as pessoas que conseguirem ter a oportunidade de ir para a escola e ultrapassar o segundo ano do fundamental vão sentir profundamente o significado de ser negro no Brasil. Justamente porque vão criar uma consciência e entender o mito da democracia racial. Pois entenderão

que, mesmo com igual ou melhor capacitação que os brancos, serão preteridos. Restando-lhes três opções: ou denunciar as arbitrariedades, ou aceitarem a situação tal como está, ou aceitarem se embranquecer para ascender na vida. Com isso, percebe-se que “Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer” (p.48).

A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica

O terceiro capítulo, "A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica", aborda em sua introdução alguns aspectos da ordem histórica para entendermos melhor sobre o povo negro e, em particular, a situação da mulher negra no Brasil. Alguns pontos históricos abordados foram: o tráfico negreiro que se iniciou em 1550; no século XVI, os escravos constituíram a maioria da população na nova colônia portuguesa; o casamento interracial; a formação dos primeiros quilombos em 1559; o primeiro Estado livre de todo o continente americano existiu no Brasil colonial; Palmares sendo a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática igualitária em termos políticos e socioeconômicos; os movimentos urbanos armados, como aquele que iniciou-se em 1807 na cidade de Salvador.

Ao pôr em destaque pontos históricos não ressaltados pela história oficial, mostra como é usado o discurso dos casamentos interraciais para dizer que não existe racismo no Brasil devido ao envolvimento de uma pessoa branca com um negro. E põe em questão o que não é dito, sendo isso o que realmente significa o casamento interracial, sendo uma violência contra a mulher negra por abusos sexuais que, pelo branco, é denominado como casamentos interraciais. “E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexiste em nosso país graças ao processo de miscigenação” (p.50). Aborda também esse segundo ponto, levando o discurso de que o Brasil não é racista

porque os negros foram passivos. Sendo assim, a história contada coloca o brasileiro como um ser “cordial”. A partir dessa miscigenação, afirma-se que é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões e conflitos que nela tenham surgido, que acaba por se articular com o mito da democracia racial. Com isso, geram-se os estereótipos a respeito do negro como: “passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc.” (p.50).

A autora ainda pontua duas questões. A primeira: quais as categorias ou tipos de escravos existentes no Brasil da época? Que é respondida de acordo com Freitas, que traz duas categorias: a primeira como produtivos e a segunda como não produtivos, isto é, os que trabalham diretamente para a sustentação econômica e os que eram dirigidos para a prestação de serviços. A segunda questão é sobre a mulher negra e qual a situação em que se encontrava? Respondida da seguinte forma: a mulher negra é encontrada também nas duas categorias, a trabalhadora do eito e a mucama. Em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro. “Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta — trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. [...] Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes.[...] Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço.” (p.53).

É posto que, conforme a atuação da mulher preta como mucama, se desenvolveu a origem da figura da mãe preta que, por sua vez, cuidava dos filhos da sinhazinha durante a primeira infância. Com isso, acaba por se internalizar a sua cultura na criança branca. Com a criação dessa ideia da harmonia racial, na qual a figura da mulher preta é vista como a criação de valores do negro como acomodado que, em sua mente, aceitou a escravidão. Apesar da criação desse discurso, é reforçado que não se pode deixar de pensar em outras estratégias de resistência à escravidão. Uma das colocadas é a “resistência passiva", que por sua vez é quando se internaliza na criança branca a cultura africana, tornando assim o Brasil um país de cultura eminentemente negra. E destaca que esse papel da mulher negra na sociedade é muito

importante como tema de estudo, pois assume um valor de tal origem que acaba por revelar certos aspectos da nossa realidade cultural dos quais os pesquisadores muitas vezes nem desconfiam.

No tópico "O lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais", é apontada a construção da ideologia sobre as práticas do processo de discriminação racial e seu discurso de exclusão, que beneficia e é moldado de acordo com os interesses europeus. É destacada “a proposição de Hasenbalg, apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais: de um lado, o aspecto principal — a reprodução dos lugares das classes — e, de outro, o aspecto subordinado, a reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares” (p.55). Com isso, são pontuados os três processos qualitativamente distintos de acumulação, que representam os três tipos de capital. Considerando a marginalização causada pelo capital monopolista, percebe-se que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (p.56). A partir disso, são mencionados os censos de 1950 a 1980, nos quais o quesito cor foi excluído nos censos de 1970 e 1980. Isso traz à tona a crítica de que o sistema sugere que o Brasil é igualitário, ignorando a situação precária de pessoas negras em áreas como desemprego, saúde e escolaridade.

Ao abordar o lugar onde a mulher está presente, destaca-se sua presença na parte doméstica e na indústria têxtil. Contudo, com o avanço do capitalismo monopolista e a introdução da industrialização, as indústrias têxteis foram fechando, tornando cada vez mais precária a condição de trabalho da mulher negra. Em alguns setores, a feminilidade era mais acessível para a mulher branca do que para a negra, pois exigiam em apresentações de serviço em escritórios, bancos, entre outros, um certo nível de escolaridade e boa aparência, o que desqualificava a mulher negra. Além disso, algumas vagas de emprego tinham a sigla "CR", que significa “colored”, excluindo assim mulheres negras. Ver a mulher negra apenas como doméstica ou mulata implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde e educação. Nesse contexto, é fundamental entender que: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (p.58). Com isso, é ressaltada a dupla jornada da mulher negra, que inclui sua jornada em casa com sua família antes do trabalho e, em seguida, trabalhar como doméstica o dia inteiro. Muitas vezes, elas precisam acordar três ou quatro horas da manhã para enfrentar postos de assistência médica

pública para tratar de um filho doente ou participar de reuniões de pais nas escolas públicas. Também é denunciado que, nas escolas públicas, as crianças negras são majoritariamente direcionadas para postos públicos de saúde por questões psicológicas. São explicados os dois tipos de qualificação pelas quais a mulher negra é vista perante a sociedade: domésticas, que trabalham nas casas de mulheres brancas, e mulatas, que se vestem com menor quantidade de roupa possível para atrair estrangeiros e brancos, comum em escolas de samba. A autora levanta o ponto de que as jovens consideradas mulatas não tinham consciência de como eram vistas como objetos, sendo exploradas e manipuladas sexual, social e economicamente, e que muitas vezes eram jovens negras de origem humilde. Outro ponto a ressaltar é que o significado de mulata foi sendo modificado com o tempo, referindo-se tanto à filha de mestiça de preto/a com branco/a quanto a um "produto de exportação".

O último ponto a ser levantado nesse tópico é que a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e discursos do movimento feminino em nosso país foi mudando, mas ainda é muito censurada, tanto nos textos quanto nos jornais. Nas reuniões dos movimentos feministas ao passar pelos jornais, os pontos levantados pelas mulheres negras eram retirados. Enquanto aos textos apresentam relações de dominação sexual, social e econômica às quais a mulher está submetida, mas não atentam para o fato da opressão racial. Isso neutraliza o problema da discriminação racial e, consequentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. Além disso, é ressaltada a caracterização de um duplo sistema, no qual ocorre o atraso político principalmente nos grupos que são considerados mais progressistas e, secundariamente, na grande necessidade de delegar o racismo para ocultar outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca. Para concluir o trabalho, é exposto que, para além da resistência passiva da mãe negra, existe também a resistência da religião afro-brasileira, o candomblé.

O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades (10p)

O artigo traz como o Brasil apoiou a causa da Namíbia. O primeiro. A se destacar os dados do censo de 1980 trazidos sobre a população negra que era considerado 44% da população de 120 milhões. sendo que a partir das pesquisas do movimento negro era percebido que inconsistências nesses dados. O artigo também traz duas concepções ideológicas sendo elas a democracia racial e o branqueamento que definem a identidade dos negros na sociedade brasileira de maneira distorcida.

A definição de democracia racial é desenvolvida por Gilberto Freyre na década de 1930, “[...] são cidadãos como quaisquer outros e, por causa disso, não são submetidos ao preconceito ou a discriminação.” (p.66). Com isso é trazer alguns discursos do Brasil contra o apartheid e a ocupação ilegal da Namíbia. Um exemplo de democracia racial trazido é o carnaval e o futebol brasileiro ponto final destaca que Pelé é o brasileiro mais famoso do mundo. Colaborando assim a ideia de que não somos racistas porque temos negros famosos. Trazendo um contra-argumento destaca-se que raramente se vem afro-brasileiros trabalhando em bancos, restaurantes e etc. Não tendo trabalhos diretamente relacionados com o público. Também pontua como a seleção racial pode ser encontrada nos anúncios de emprego em que exigem “boa aparência”, logo que não aceita negros. “Não é por acaso é que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros se concentram em ocupações ligadas ao trabalho manual não qualificado. Ou que quatro quintos da força de trabalho Negra exercem ocupações caracterizadas por baixa remuneração e por baixos índices de escolaridade.” (p.67). Também é destacado a violência policial que “[...] Quando atua em bairros e residências de classe dominante branca, a ação da polícia visa ‘proteger’ ; mas em relação às favelas e áreas periféricas, quando se concentra a população negra, a polícia passa para a repressão… por esse motivo, afro-brasileiros tem medo de sair de casa sem seu documento de identidade, especificamente sem sua carteira de trabalho; uma pessoa pode ser presa sem motivo, torturada ou simplesmente morta como um ‘delinquente perigoso’.” (p.67). Sendo assim, a solução encontrada pelo trabalhador afro-brasileiro é aceitar qualquer emprego para escapar da violência policial aceitando assim também qualquer remuneração. Pois a lei de infrações penais em seu artigo 159 diz que a prática de vagabundagem (referindo-se ao desemprego) resulta em prisão. Forçando assim a população Negra a permanecer nas escalas inferiores da hierarquia social.

Sobre a ideologia do branqueamento é destacado que “ [...] o branqueamento está lá, tentando demonstrar a superioridade europeia em detrimento da histórica contribuição africana à construção da herança sociocultural brasileira.” (p.68). Que é argumentado com o “[...] decreto-lei n o 7.967, de 18 de setembro de 1945, o qual, em seu artigo 2 o , afirma: ‘Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional’[...] (p.68). Também é pontuado que “Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. Numa

dimensão consciente, ele reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros e constitui um amplo repertório de expressões populares pontuadas por imagens negativas dos negros: 'Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão'."(p.68). Ouro nivel em que o branqueamento atua é " um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros. Assim, ele (ou ela) é representado como um trabalhador braçal, não qualificado, ou como alguém que conseguiu ascender socialmente, mas sempre pelos canais de mobilidade social considerados adequados para ele ou ela. Imagens positivas são aquelas em que os negros desempenham papéis sociais a eles atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor de música popular, jogador de futebol, mulata. Em todas essas imagens, há um elemento comum: a pessoa negra é vista como um objeto de entretenimento." (p.68-69). A caracterização cultural dos negros também destaca um outro aspecto comum ligado às características físicas: força e resistência, bem como ritmo e sexualidade. Vale mencionar que negros que não correspondem a esses padrões são excluídos pelo estereótipo.

Sendo esses pontos usados para afirmar que os discursos usados contra o apartaid e a liberdade da Namíbia feito pelo governo brasileiro eram irreais tanto para afro-brasileiros do movimento negro quanto para africanos que visitam o Brasil. Que é percebido logo quando chegam no aeroporto, pois não são vistos pranicamente nenhum negro no escalão das equipes, mas sim na limpeza. Também é pontuado a importância do movimento nego durante esse processo. Seus feitos e questões abordadas. Alguns exemplos são: "Manifestações de protesto contra a África do Sul; abaixo-assinados contra a prisão e o assassinato de líderes do movimento de libertação; denúncia das relações do governo brasileiro com o regime racista de Pretória; protestos contra a propaganda turística sul-africana em revistas brasileiras ou a formação de um lobby no Congresso em favor de maiores relações com a África do Sul; filmes (produzidos pela ONU) mostrando a situação das populações negras na África do Sul e na Namíbia; conferências, debates etc. — temos feito tudo isso com o objetivo de chamar atenção da opinião pública para a gravidade dessas questões, e sempre contamos com o apoio dos escritórios de informações das Nações Unidas no Brasil. Apesar de nossas dificuldades internas, de natureza organizacional e financeira, e sabendo que precisamos fazer muito mais do que temos feito, ainda assim continuamos a realizar nosso trabalho de conscientizar as comunidades afro-brasileiras sobre as lutas de libertação na África. A esse respeito, o movimento negro da Bahia, responsável pela realização de dois Encontros de Negros do Norte e Nordeste, tem desenvolvido um esforço cultural cujos efeitos políticos já se podem

sentir. Refiro-me aos temas contemporâneos africanos apresentados pelos afoxés e blocos afro no Carnaval de Salvador: “Gana”, “Zimbábue”, “Movimentos de libertação” etc., que têm sido cantados nos desfiles carnavalescos por milhares de negros que, dessa maneira, passam a perceber uma realidade da qual não tinham consciência e que lhes diz respeito.” (p.72). Também a questão da discriminação racial ser um grande fator de desigualdade entre as mulheres alem da desigualdade de classe. Destaca a importância das relações sul-sul para ter suas independências ou reduzi-las aos países que são desenvolvidos. Por fim, “[...] podemos estimular o povo latinoamericano a criar vínculos entre essas duas áreas (África Austral e América Latina).” (p.74). Desenvolvendo solidariedade afetiva, resistência entre dois continentes que deveriam estar cada vez mais próximos.

Racismo e sexismo na cultura brasileira (19p)

O capítulo começa com uma epígrafe que fala sobre uma festa em que alguns brancos convidaram alguns negros para fazer parte. Era um evento de publicação de um livro que falava sobre os negros a partir de uma perspectiva de um branco. Que terminou em briga após uma mulher negra reclamar sobre a situação em que estavam. E um outro negro estava refletindo sobre o que estava acontecendo. E o tema foi trazido para discutir a identificação dominado com o dominador. O porquê dessa identificação.

Enfatiza que o lugar que estamos influencia a nossa percepção sobre o racismo e o sexismo. Também é abordado alguns encontros nacionais e internacionais que trazem questões sobre as noções de mulata, doméstica e mãe preta. Por não serem aprofundadas nos encontros fica a indagação sobre o assunto e a percepção de que “Os textos só falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais.” (p.77). Também é abordado que “exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...] que neste trabalho assumimos nossa própria fala.” (p.78). Com isso vem falando que é percebido que o racismo é algo que todo mundo acha que é natural ponto final e vem trazendo algumas falas racistas que soam natural. E pontua duas noções que vão ser trabalhadas no texto que são as noções de consciência e memória. “Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não

foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui.” (p.78).

No subtópico “A nega ativa” aborda a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial definido no rodapé que “ O melhor exemplo de sua eficácia está no barato da ideologia do branqueamento. Pois foi justamente um crioulo, apelidado de mulato, quem foi o primeiro na sua articulação em discurso “científico”. A gente tá falando do “seu” Oliveira Vianna. Branqueamento, não importa em que nível, é o que a consciência cobra da gente pra mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte pra alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente “se comportar como gente”. E tem muita gente da gente que só embarca nessa.” (p.79). E como o carnaval e futebol são usados para mascarar o racismo reativando o mito. E como tem no caso das mulheres ter a diferença entre mulata que é a mulher presente no carnaval e doméstica, que varia a depender da situação em que se encontra. Também traz algumas definições de mucama, como a do Aurélio, que vem neutralizando o sentido original da palavra, o texto de June E. Hahner, em A mulher no Brasil, que trás as múltiplas tarefas feitas pela mulher negra e o amor como pesadelo. E Heleieth Saffioti que fala que por mais supérflua a relação sexual entre os senhores e as escravas, ocorriam processos de interação social, criando uma relação entre ambos. Também é mostrado o autor Caio Prado Jr. Num livro chamado Formação do Brasil contemporâneo fala do sobre a relação, que fala sobre a relação entre os senhores e as escravas de forma rebuscada. Negando a mulher negra. Fala também sobre a questão da mulher negra e o lugar natural do dominante que seria o branco e o lugar natural do dominado que seria o negro. Pontua a divisão racial do espaço e como a polícia age diferente em cada lugar e como é justificado como ordem e segurança sociais a agressão policial. Também traz a pergunta “como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima?” (p.83) Respondendo que não chegamos porque a mucama existe ainda hoje com todas as letras. Outro ponto a se ressaltar é “Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Essa criança, esse infans , é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente.14Ela passa pra gente esse

mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende por que, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada." (p.87,88). No subtópico "Muita milonga pra uma mironga só", fala sobre o repúdio a africanização da cultura brasileira. Fala sobre a linguagem do pretuguês, e como a cultura brasileira já é africanizada.

Mulher negra (18p) *

Este capítulo é dividido em situação da população negra negra que fala sobre a independência até os dias atuais como a mulher negra tem sido vista na questão nacional.

"Desde a Independência aos dias atuais, todo um pensamento e uma prática político-social, preocupados com a chamada questão nacional , têm procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação brasileira. Assim sendo, não foi por acaso que os imigrantes europeus se concentraram em regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país. Refiro-me sobretudo à região Sudeste. Por isso mesmo, pode-se afirmar a existência de uma divisão racial do espaço em nosso país, 1 uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra: quase dois terços da população branca (64%) se concentram na região mais desenvolvida do país, enquanto a população negra, quase na mesma proporção (69%), concentra-se no resto do país, sobretudo em regiões mais pobres como é o caso do Nordeste e Minas Gerais." (p.94)

Traz também as altas taxas de crescimento da economia reforçando dois pontos, sendo eles a deterioração das condições de vida dos extratos urbanos de baixa renda e a concentração de renda falando sobre as populações economicamente ativas, que mostra como a mulher negra está sempre abaixo dessa população ativa, comparado a uma mulher branca. Além de pontuar sobre o acesso ao trabalho, também pontua sobre o acesso à escola e a oportunidade.

A segunda divisão abordada é a situação da mulher negra, em que mostra a situação da mulher negra em geral, 'A primeira metade da década foi o auge do "milagre brasileiro". […] A força de trabalho feminina dobra de 1970 para 1976. Mais interessante ainda: em 1969 havia 100 mil mulheres na universidade para 200 mil homens. Em 1975 esse número tinha subido para cerca de 500 mil mulheres (para 508 mil homens), passando a proporção de 1:2,

em 1969, para 1:1 em 1975. O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos! Vemos aí como se conjugam, então, os fatores econômicos reforçando os comportamentais e vice-versa. Isso pode explicar, ao menos em parte, que nestes primeiros cinco anos da década, mesmo sem haver movimento organizado, tenha surgido interesse tão agudo para o problema da mulher. Foi nesses cinco anos, mesmo, que se processou a maior transformação da condição da mulher na história de nosso país.'(p.98). Neste momento ela traz alguns censos falando sobre análise das ocupações divididas em dois níveis, o médio superior então ela vem analisando onde cada mulher chega tanto a Branca conta Negra falando sobre como o avanço do acesso da mulher é mais parada a exclusão da mulher negra dentro desse senso.

Outro ponto destacado e a participação da mulher negra que aponta a importância da mulher negra nos movimentos negros e de favela e periferias e como elas conseguiram revolucionar os seus direitos e participação desmascarando o racismo sexismo e a discriminação racial. Mostrando como é importante ter esses movimentos para que cada um compunha as suas necessidades como ela mostra aqui no movimento negro é muito mais acolhida da mulher negra como venda cor do que o sexo e como no movimento feminista vê mais o sexo do que a cor e quando é mostrado essa diferença que é preciso pensar sobre como a negligenciada.

"Todavia, não podemos silenciar quanto à violência cotidiana da exploração econômica e da opressão racial a que estão expostas milhares de glórias marias, de lecys, de aglaetes, de alziras e de reginas da vida. Do fundo do poço do seu anonimato — nas favelas, na periferia, nas prisões, nos manicômios, na prostituição, na "cozinha da madame", nas frentes de trabalho nordestinas —, talvez nunca tenham ouvido falar de direito de cidadania , mas têm consciência do que significa ser mulher, negra e pobre , ou seja, viver acuada, à espreita do próximo golpe a ser recebido, vigiandose e "saindo de cena" para não ser mais ferida do que já é quando se trata de diferentes agentes da exploração, da opressão e também da repressão. Significa se jogar inteira no desenvolvimento das chamadas "estratégias de sobrevivência", dia após dia, hora após hora, sem deixar, no entanto, de apostar na vida. As conhecidas histórias de Carolina Maria de Jesus, Marli Pereira Soares e Francisca Souza da Silva*** aí estão, enquanto testemunhas comoventes do que significa ser mulher, negra e pobre ." (p.111)

O Movimento Negro Unificado: Um novo estagio na mobilização política negra

Esse capítulo fala sobre os antecessores ao movimento negro que deram força para o movimento negro existia que são a frente negra brasileira e o teatro experimental do Negro. É pontuado que por mais que tenham dado origem ao movimento negro contra a discriminação racial que foi renomeado como o movimento negro unificado, os dois movimentos anteriores foram influenciados politicamente ou deixaram de levantar questões necessárias E unir o povo negro. O capítulo também traz os motivos e debates levantados pelo mnu, como

“A novidade do MNU reside no fato de ele reconhecer esses problemas relacionados à integração dos sistemas (relações harmoniosas ou conflituosas entre as partes de um sistema), sua articulação com os problemas da integração social (relações harmoniosas ou conflituosas entre os atores) e os efeitos dessa articulação sobre a população negra. É esse reconhecimento que distingue o MNU da FNB e do TEN , cuja abordagem se preocupava principalmente com os problemas da integração racial. O MNU combina problemas de raça e classe como foco de sua preocupação.” (p.113).

Também foi pontuado o golpe militar de 1964 trazendo a nova ordem e o milagre econômico brasileiro que afeta principalmente os negros deixando eles desempregados e que aumenta a violência contra a partir de não ter carteira assinada por um branco e como o capitalismo da introdução agressiva de capital estrangeiro no país trazendo a industrialização fechando pequenos negócios empresas e fazendo os pequenos setores agrícolas desaparecerem.

Traz também que a criação do movimento negro unificado foi feito por dois fatores que é a tortura e o assassinato de um operario negro chamado Robson Silveira da luz e a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do clube Tietê por causa de sua cor. Também é pontuado participações adesão de membros em diversas ocasiões e locais do movimento negro unificado contra a discriminação racial como a discussão e a votação dos documentos básicos que determina a posição do mnu nas eleições legislativas que aconteceram em 1978. Entre outros assuntos que ocorreram ao decorrer da criação do movimento.

Um outro ponto foi a estrutura organizacional e meia de ação do mnu. Que fala sobre o centro de luta que foi chamado de grupo de ação por motivo de aceitação do nome. Seguindo os comitês municipais ou regionais de coordenação também foram criados comitês estaduais e finalmente uma comissão exclusiva nacional composta por três membros de cada estado do Brasil. Em seguida é pontuado a definição e o objetivo do MNU.

“O MNU se define como um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. Tendo como ponto de partida seu programa de ação, tenta articular os problemas específicos dos negros com os problemas gerais do povo brasileiro.” (p.119).

Outro ponto a ser levantado é a diferença de anos de prisão que foi pontuado pelo movimento que participou do primeiro e do segundo congresso do comitê brasileiro pela anistia. “ O ataque à propriedade privada é a forma mais comum, e as penalidades são, nesse caso, mais severas do que para homicídios. É uma característica desse sistema que se garanta mais proteção a “coisas” pertencentes a outras pessoas.” (p.120).

Além de que reforça a importância de questionar, pensar e comparar e de não esquecer o passado pois está sempre analisando o que foi feito e o que não foi feito no ano anterior além de traçar uma análise “e estrutural da sociedade brasileira no período pós-abolição, seguida de uma análise da atual conjuntura.” (p.122). Além disso foi levantado outros pontos pertencentes de discussão do movimento negro unificado como a dupla militância sobre a situação da mulher negra e uma reflexão de que “Se realmente quisermos provocar o nascimento de uma nova sociedade, isso só pode ocorrer na medida em que nós próprias nos tornemos novos seres humanos; ou seja, apenas se resolvermos nossa alienação seremos capazes de transformar a sociedade que estamos denunciando.” (p.123).

A categoria político-cultural de amefricanidade 12p

O texto traz o conceito de Améfica Ladina. além de questões e reflexões acerca do Racismo, colonialismo e imperialismo com seus ideais e ideologias com apontamentos históricos e culturais, e a colonização ibérica como: “O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as

músicas, as danças, os sistemas de crenças etc.” (p.128) Além de ressaltar que “os bundos constituem uma etnia banto de Angola que, além do supracitado quimbundo, falam outras duas línguas: bunda e ambundo. Se atentarmos para o fato de que Luanda foi um dos maiores portos de exportação de escravos para a América… Em consequência, além de certos modismos (refiro-me, por exemplo, ao biquíni fio dental) que buscam evidenciar esse objeto parcial, note-se que o termo deu origem a muitos outros em nosso “pretuguês”.” (p.129). Apontando também sua visão que “Essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano me levaram a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade. Desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade.” (p.129). Com isso, traz duas frentes do racismo que estão presentes em diversos locais do mundo, e que tem o mesmo objetivo, sendo ele de exploração e opressão, o primeiro sendo o racismo aberto e o segundo sendo racismo disfarçado. Oprimeiro é usado a segregação, um exemplo é que “negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros (“sangue negro nas veias”). De acordo com essa articulação ideológica, miscigenação é algo impensável (embora o estupro e a exploração sexual da mulher negra sempre tenham ocorrido), na medida em que o grupo branco pretende manter sua “pureza” e reafirmar sua “superioridade”. Em consequência, a única solução, assumida de maneira explícita como a mais coerente, é a segregação dos grupos não brancos.” (p.130). e o segundo é a de denegação sendo assim, “no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado [...]. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”.”. (p.130). Com isso é apontado a luta contra o racismo, que tem um impacto diferente, pois com racismo aberto, as crianças se enxergam negras desde pequenas e tem literatura negra, o que ajuda a ver o que está acontecendo à nossa volta, pois é escancarado. O que faz criar conscientização e ter conquistas mais amplas através dos movimentos. Já o racismo disfarçado traz consigo a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, com isso fica mais difícil de se enxergar, enxergar o que está sendo feito e de começar a lutar. O que traz um grande impacto na luta contra o racismo em diferentes locais do mundo.

O próximo ponto é a auto nomeação. Que é trazido pelos estados unidos Que causa duas reflexões, o conceito “Afro/africano americano” traz a ideia de que só existe negro nos estados unidos e não em todo continente e o segundo é que traz a reprodução inconciente aponta que a america é apenas os estados unidos. Com isso foi proposto o termo

Amefricanos, que engloba toda a américa, trazendo um processo geográfico e histórico. Sendo ele "As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo , négritude , afrocentricity etc." (p. 134-135).

Outro ponto importante é que ao pensar em criar ou usar um conceito temos que pensar e refletir seu impacto. Duas citações de Molefi Kete Asante não podem faltar, que são "Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão" (p.136) e "Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular." (p.137). Por fim, "Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos." (p.138). Entendendo que não é sobre buscar a cultura original, mas entender e valorizar o que nós temos.

Por um feminismo afro-latino-americano *

A análise das estruturas patriarcais, eugênicas e racistas que permeiam a sociedade revela que, em decorrência da colonização, foram desenvolvidos diversos atravessamentos na vida da mulher negra. Esses atravessamentos, influenciados pelo marco histórico da colonização, deram origem a estereótipos que marginalizam e embranquecem pessoas não brancas, perpetuando desigualdades e exclusões ao longo dos anos. Diante desse contexto, surgiram movimentos sociais que lutam contra a estrutura patriarcal e racista vigente, visando

promover mudanças significativas na sociedade. No entanto, é importante destacar que, mesmo dentro desses movimentos, a mulher negra enfrenta machismo, sexismo e racismo, evidenciando a complexidade das questões enfrentadas por essa parcela da população. Sendo assi, este capítulo traz o esquecimento do racismo dentro do movimento feminista e como as mulheres se sentiam mais acolhidas dentro do movimento negro, é ressaltado também a gente pode contra o desenvolvimento feminista e do movimento negro em questão da mulher negra ponto final o sexismo o racismo o machismo dentro desses movimentos. Também é mostrada a evolução de como o movimento feminista foi percebendo a questão da mulher negra além da exclusão ocorrida foi se evoluindo ao passar dos anos até que fosse mais aceitada dentro do movimento que implica nos vários atravessamentos na vida não só da mulher negra mas da indígena também.

Nanny: Pilar da amefricanidade 7p

Este capítulo trata sobre os conceitos de améfrica Ladina e améfricanidade. Com o foco maior para o conceito de améfricanidade trazendo que " Para além de seu caráter geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de toda uma identidade étnica." (P. 151). Com isso é apontado o valor metodológico, sendo levado em conta que " está no fato de resgatar uma unidade específica , historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que formaram uma determinada parte do mundo." (p.152). É apontado como a bagagem de Portugal por passar por uma exploração, tem como isso experiência e refinamento para explorar. Sendo assim deixando mais difícil a percepção de violência. Para explicar isso a autora trás uma breve história da conquista Moura da iberia. Com isso, "[...]é na chamada América Latina (muito mais ameríndio-améfrica do que outra coisa) que essa denegação se torna amplamente verificável. Como sistema de dominação muito bem estruturado, o racismo na região demonstra sua eficácia ao veicular noções de "integração", "democracia racial", "mestiçagem" etc." (p. 152). Nesse sentido e perceptível que as sociedades construídas na América latina tem heranças das ideologias ibericas, que deixaram sua marca em Portugal e na Espanha.

Com isso, " E foi no interior das novas sociedades que se formaram no Novo Mundo (sejam de segregação aberta ou disfarçada) que a amefricanidade floresceu e se estruturou. Já na época colonial escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de

resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta está nos quilombos , cimarrones , cumbes , palenques , marronages e maroon societies , que surgiram nas mais distintas paragens geográficas da América.” (p. 153). Com isso é ressaltado a importância das mulheres nas mãos distintas lutas das comunidades americanas de ontem e de hoje. Trazendo então a Nanny de Jamaica que foi considerada como quem é para nós zumbi. Trouxe a ancestralidade mítica da Nanny, quem ela foi, sua luta e como é considerada uma divindade para a Jamaica. Trouxa também suas três lendas e com elas foi considerado que “A primeira história, simbolicamente, remeteria ao papel da mulher que assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade que, sob condições adversas, se encontra numa luta constante pela sobrevivência. A segunda apontaria para a perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber próprio do grupo. Já a terceira, a nosso ver, simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anticolonialista. O significado de seu gesto implica uma rejeição total da ordem que põe por terra o conjunto dos valores, instituições e práticas do colonizador. E este, supondo-se superior, é quem fica literalmente “desbundado” em face de tanta contundência.” (p. 155-156). Além de que “Nanny não é exaltada apenas por seus poderes sobrenaturais, mas por sua liderança militar, que se impõe na questão da paz com os ingleses.” (p. 156). Tem em conta sobre a escolha do caminha da Nanny e de sua irmã, sendo um caminho de luta e outro de aceitação e como isso impactou nos filhos delas. Por fim, “ Hoje como ontem, a visão eurocêntrica e racista de práticas religiosas pertencentes a culturas não europeias só faz confirmar o quanto a ideologia do supremacismo branco se perpetua, ela sim, como terrorismo cultural imperialista.

Apesar do tratamento depreciativo dos ingleses (nós, mulheres, sabemos o que significa ser chamada de feiticeira, sobretudo no século XVIII), sua força de mulher guerreira nunca foi esquecida por seus descendentes, por seus yoyo ; e isso a ponto de o governo da Jamaica ter erguido um monumento em sua homenagem no centro de Moore Town após a ter declarado heroína nacional (a semelhança com Zumbi seria mera coincidência?). Opondo-se aos bakras na defesa de seu povo na Jamaica, ela se antecipou à ação de uma grande herdeira sua na África — a axânti Yaa Asantewaa (rainha-mãe de Ejisu) — que, no século seguinte, lideraria o mesmo tipo de luta contra os mesmos ingleses. O fato é que Nanny, espécie de Oiá/Iansã, constituiu-se num dos grandes pilares dessa amefricanidade que nos alerta e sustenta nossas lutas atuais, amefricanas de todas as regiões. Axé, mulher!” (P. 157).

A mulher negra no Brasil 13p *

Neste capítulo é abordado de algumas situações que as mulheres passam e depois é enfatizando que as mulheres negras também passam por situações e que são diferentes as mulheres brancas. Aí vem trazendo dados de das ocupações que as mulheres níveis têm que são mais manuais braçais e a questão da saída da escola muito cedo, evasão escolar, que é muito importante falar sobre como a evasão escolar tem um tom específico. Iria os secundados de 1995.. e aí tem abordando como que a presença das mulheres negras e ainda mais limitados encargos de escritório etc e como se salários são diversos com uma mulher branca cedo mais que a mulher negra como o homem negro recebe mais que a mulher negra como um homem branco recebe mais que a mulher negra então sempre tá nessa questão de que se revisar cada vez mais a mulher negra.

Passando para essa introdução traz um ponto da participação da mulher negra na luta sociopolítica. Onde traz quando as mulheres negros começaram a traça o próprio movimento e a partir disso a falar das suas dores e lutas que precisavam ser ouvidos e que não estavam se movidas nem movimento negro nem no feminista. Mas também a abordado que um movimento negro foi unificando tudo isso foi que inquietano foi engolinha do todas esses movimentos que lutavam por suas próprias dores. E aí ele também traz que a Beatriz nascimento foi uma das historiadores que liderava esses movimentos necessários sobre as mulheres negras, além disso também aponta como a mulher negra ela era vista ou sendo empregada ou como o sambista e aí nessa questão de sambista ele grava desejo ela era exaltada viste como nada como um objeto. O frenesi que elas sentiam ao sambar a exaltação era momentânea mas era o desejo de muitas mulatas pois negras não entravam nessa dança porque tinha um padrão muito rigoroso entre nem branca na empresta. Mesmo assim o salário não era grande coisa, ou sim já ouve você é entregada ou você era sombrista e esse é o papel do grande negro trabalho braçal e o de excitar homens.

E aí pulou pra um ponto muito importante em que. Mostra que o Brasil não é racista e aponta que realmente a mulher é negra e o homem, né os negros, eles convivem com os brancos diferentes da América do Norte, que tem uma segregação transformando muito mais fácil a democracia racial o mito do branqueamento, né, o mito da democracia, por que parece que não é racista por estar. E convidando. Juntos mas camadas e camadas para se ver que o racismo estrutural está presente em todas as partes da sociedade. E aí também aponta 2 tendências ideológicas que elas se dão na sociedade brasileira surpreendida negra que é a

noção de democracia racial e a ideologia do branqueamento esses 2 eles se entrelaçam fortalecendo essa questão de que não existe sismo no Brasil. Quem vai apontando os níveis de democracia racial pra que as pessoas não percebam esse racismo estrutural e os níveis de branqueamento de consciência sobre o que citar falando sobre o que se está vivendo em questões de fala como o branco é pra casar mulata pra fornicar preta para trabalhar.

SEGUNDA PARTE - INTERVENÇÕES

Mulher negra: Um retrato

Vê se relata parecem muitas coisas que são atuais hoje em dia como a questão de trabalho como a mulher negra, ela vem trabalhando para suscitar a família dar um sofrimento pra essas crianças e há um relato de que como é a vida na favela, também que traz é como é normalizado naturalizado a morte de. Adolescentes quando vem a policia ficam com medo quando a polícia vai lá mas se acostuma.. então traz esse ponto de que o que é o normal é normal não ter medo quando a polícia vai pra atirar em quem acha que é criminoso? Também apontam como as crianças elas desde cedo cuidam de outras crianças e acham que aquilo ali é brincadeira e como a culpa do assédio das empregadas cai sobre elas e não sobre o homem que não se pôs no seu lugar. Isso tudo é uma narrativa da vida de uma jovem negra que foi do interior pra cidade que foi ganhar a vida lá porque encantaram o mundo do Rio de Janeiro. É aqui a pergunta do que é considerado normal e anormal nessa sociedade da favela.

Aí a questão do a nossa betismo e como não se brigava por assinar a carteira porque se não sabia ler porque ia pregar por aquilo em cima sabia nem como tirar nem onde

E aí a gente vê relatos de uma criança de 12 anos que trabalha um período estuda e outro trabalha que nas férias trabalha o dia inteiro para juntar dinheiro pra comprar as coisas para os irmãos pelos irmãos estudarem. E aí tem uma parte que fala que o pobre precisa estudar porque vê um espírito dos ricos estudando e se dando bem na vida então eles têm que estudar para conseguir fazer os filhos que seguem estudando para que melhore um pouquinho a vida também. Outra questão levantada é a da idade, aí já estou muito velho pra estudar e aí tinha cabeça pra essa criança não é adulto que impede de se conhecer e conhecer o seu direito

também o que é com certeza passada para a sociedade pra isso. E aí vem a discriminação médico não costa em negros e que fica só perguntando e aí teve uma pergunta muito válida que é a gente tem culpa de ser ter nascido assim?

Outra questão muito importante é quando o preto é bom quando você precisa dele quando não precisa ir o preto só faz merda o preto é ruim e isso foi relatado com uma experiência de uma vizinha que os filhos brigaram e aí a vizinha foi hoje a gente ser preto praticamente e aí mas quando a vizinha precisa de um açúcar de um alho e vai lá pedir. Isso tudo é composto por perguntas de uma mãe que tá ali, sentada refletindo sobre a vida, e aí no final desse capítulo diz assim e sentado na porta do barraco, continua mergulhada naqueles pensamentos perguntando pelo porquê de tantas coisas quem a visse de longe, talvez se perguntasse o que aquela figura trágica lembraria e a. Resposta: Não era difícil de encontrar a mulher sentada na porta do barraco, era a própria solidão.

Alô, alô, Velho guerreiro! Aquele abraço!

Esse capítulo é muito interessante porque ele traz a perspectiva de como a discriminação racial está presente no Brasil. Ela traz a questão do Chacrinha e de uma contora que, no dia 21 de março, que é dedicado à luta contra a discriminação racial, foi perguntado por uma rádio se existia ou não discriminação racial em nosso país. E o Chacrinha afirmou que existia, deu provas de denúncias sobre o trabalho deles, como existiam essas discriminações raciais. E usou também uma metáfora que dizia, eu sou negro, nós todos somos negros, e até mesmo essas loiras ou morenas que vivemos por aí também são negras. E nisso, o que acontece? Na discriminação racial que ele apontou, não mostrava o público porque era negro, tinha várias restrições por causa da questão dos negros. E aí, outra questão que me marcou muito é que os progressistas, os regressistas, os políticos, os governos, eles não estão querendo mostrar o verdadeiro povo, o real povo, mas sim o povo que eles querem mostrar. Então, o povo que está ali, que está com fome, que está procurando emprego, todos esses povos são negligenciados. Esse povo negro, feio e pobre, é negligenciado. Eles querem exaltar outros negros. Uma cultura mostrar, a partir da cultura, que não existe discriminação racial e mercadorizar essa cultura. E aí, na página 180, diz que, na verdade, progressistas e regressistas não querem saber desse povo real, do que a gente veio e cujas manifestações mais autênticas a gente não está disposto a trair. E pensam que o povo é burro, que pode ser manipulado por eles no seu liberal paternalismo. Querem impor ao povo os seus valores

eurocêntricos e também esquecer de si mesmos. E aí ele traz outra questão, que é que não querem mostrar o povo real e querem tentar nos manipular. E, devido à denúncia do Chacrinha, a Globo trouxe um outro programa que se intitulava Alerta Geral, que era para estar no horário nobre na sexta-feira e que a animadora era a Alcione. Para dizer que não tinha discriminação racial. E nessa inauguração foi tudo branco, todas as roupas, todos os móveis, tudo branco. Aí é a questão, foi porque sexta-feira é dia de Oxalá? Ou será uma questão de pura aspexia? E aí fica a questão. Outra coisa que foi perpetuada foi como eles querem mostrar um paraíso racial em que pensam que o povo vai engolir essa nova mentira que nada mais é do que uma das astúcias da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial. Eles querem que a gente saia as nossas origens para que passamos as origens, as origens deles e sejamos pretos de alma branca. Que quisermos um senhor e seguimos sendo manipulados. Que seríamos mais suportados do que aceitos enquanto negros. E aí a nossa cultura tem sido comercializada, globalizada e vendida como autêntico produto nacional. Que a mulher negra ao exercer a profissão de moaça por eles inventada é apresentada como produto de exportação. E também afirma que enquanto isso o negro, o nosso povo, continua sendo marginalizado. E quando eles estão vendendo essa ideia do Brasil, da cultura brasileira, os negros continuam sendo marginalizados em suas favelas, que estão sendo alagadas em conjuntos habitacionais e estão sendo invadidas. E continua essa discriminação até na admissão de empregos. E quando encontram um negro sem trabalhar, eles dizem que são vadios. Porque negro sem emprego, negro desempregado é vadio. E também é apontada uma questão muito forte que escondem do nosso povo a real história em que até para as crianças não importa a cor, que o primeiro estado livre que existiu em todo o continente americano surgiu no Brasil. Só porque esse estado foi a república negra dos famais, sacou? Não se apercebem do quanto são colonizados ao reproduzirem tantas mentiras sobre eles e sobre nós. Outra questão apontada é que estão negando a nossa possibilidade, enquanto povo brasileiro, de assumir nossa própria identidade, nosso próprio destino, nosso próprio futuro. E o mais engraçado em tudo isso é que eles costumam chamar o negro de macaco. E eu lhe pergunto, velho guerreiro, quem efetivamente são os macacos? Eles ou nós? Nós pelo menos não estamos preocupados em fugir, fingir que não somos negros ou que a cultura brasileira é europeia. Também não nos envergonhamos da nossa ancestralidade negra indígena. E, para terminar, também tem essa questão da resistência de acabar com o império romano de hoje, que é a chamada civilização ocidental. E, por fim, uma chamada de que, por isso mesmo, temos que assumir nossos bárbaros valores, lutar por eles e anunciar uma nova era, nova era de que somos os construtores. E a questão do macaco, ela me lembra da história

do macaco, não sei o nome certo, mas o macaco que ele foi baleado e se tornou humano, ou seja, ele fingiu ser humano para sobreviver. E faz muita questão do que foi falado agora.

A questão negra no Brasil

As formas do capitalismo na análise de Lélia Gonzalez

1. O capital comercial e a permanência das relações pré-capitalistas

Na análise de Lélia Gonzalez, o capital comercial corresponde a uma forma de acumulação que antecede o capitalismo industrial e que permanece ativa no interior da formação social brasileira. Essa forma se caracteriza por relações de trabalho marcadas pela coerção, pelo personalismo e pela fixação do trabalhador à terra, ao instrumento de trabalho ou ao fundo de consumo. Trata-se de um modelo produtivo herdado do período colonial e escravocrata, no qual a exploração não se organiza prioritariamente a partir do trabalho assalariado livre, mas por meio de mecanismos que limitam a mobilidade social e econômica dos trabalhadores.

No contexto brasileiro, o capital comercial está fortemente associado às regiões consideradas subdesenvolvidas, nas quais predominam formas produtivas pré-capitalistas e uma autonomia relativa em relação ao centro hegemônico da economia. A população negra, historicamente vinculada a essas regiões em razão do legado da escravidão, encontra-se majoritariamente inserida nesse tipo de relação produtiva. Nesse sentido, o racismo opera como elemento ideológico fundamental, legitimando a naturalização da subordinação social e econômica da população negra e garantindo a reprodução dessas relações arcaicas de dominação.

---

2. O capitalismo industrial competitivo e a formação desigual do mercado de trabalho

O capitalismo industrial competitivo representa, na formulação de Lélia Gonzalez, a forma clássica do capitalismo, baseada no trabalho assalariado, na concorrência entre empresas e na existência de um mercado de trabalho relativamente estruturado. Essa forma pressupõe a figura do trabalhador livre e a possibilidade, ao menos formal, de mobilidade social a partir da inserção produtiva e do acesso à educação. Contudo, no Brasil, esse tipo de capitalismo

não se desenvolveu de maneira plena ou homogênea, permanecendo subordinado e satelitizado pelo capital industrial monopolista.

Nesse contexto, embora o capitalismo competitivo ofereça condições relativamente melhores de inserção no mercado de trabalho, seu acesso é seletivo e racializado. A população negra, mesmo quando possui níveis educacionais semelhantes aos da população branca, encontra maiores obstáculos para ocupar posições valorizadas, sendo frequentemente direcionada para postos de trabalho instáveis e mal remunerados. Dessa forma, o racismo atua como um mecanismo de vantagem competitiva para os trabalhadores brancos, assegurando-lhes melhores oportunidades no interior de um mercado de trabalho formalmente aberto, mas estruturalmente excludente.

---

3. O capitalismo industrial monopolista e a produção da massa marginal

O capitalismo industrial monopolista constitui a forma hegemônica do capitalismo brasileiro, segundo Lélia Gonzalez. Caracteriza-se pela concentração do capital em grandes empresas e monopólios, pela crescente intervenção do Estado e por um alto grau de planejamento econômico e controle político. Diferentemente do capitalismo competitivo, essa forma de acumulação não depende da incorporação plena da força de trabalho disponível, produzindo, ao contrário, uma vasta superpopulação relativa.

Nesse cenário, amplos setores da população são transformados em massa marginal, isto é, em contingentes humanos considerados supérfluos para o processo hegemônico de acumulação. A população negra compõe majoritariamente essa massa, sendo empurrada para o desemprego, o subemprego e o setor informal. O racismo, nesse caso, desempenha papel central na organização dessa exclusão, funcionando como critério de seleção social que define quem será integrado de forma precária e quem será definitivamente descartado pelo sistema produtivo. Assim, a marginalização do negro não é um efeito colateral do capitalismo monopolista, mas um de seus mecanismos estruturantes.

Considerações finais

Ao identificar a coexistência dessas três formas de acumulação, Lélia Gonzalez rompe com a ideia de um desenvolvimento linear e progressivo do capitalismo brasileiro. Para a autora, o país articula simultaneamente relações produtivas de diferentes momentos históricos, sob a hegemonia do capital monopolista. Essa articulação desigual não apenas aprofunda as desigualdades sociais, como também racializa a estrutura de classes, atribuindo à população negra os lugares mais precarizados e desvalorizados da sociedade.

Essa leitura é fundamental para compreender o racismo como um fenômeno estrutural e para pensar uma educação crítica e descolonizadora, capaz de questionar os mecanismos históricos de exclusão reproduzidos pelo currículo e pela formação docente.

RESUMO DO CAP: Neste capítulo, Lélia Gonzalez analisa a constituição do capitalismo no Brasil a partir de três momentos centrais: o capital comercial, o capital industrial competitivo e o capital monopolista. A autora demonstra como essas três formas de organização do capital são fundamentais para compreender a estrutura do racismo no país. O racismo, o preconceito, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento não aparecem como fenômenos isolados, mas como elementos profundamente articulados à lógica do sistema capitalista brasileiro.

Lélia evidencia que, em cada uma dessas fases do capitalismo, determinados grupos sociais são sistematicamente marginalizados. Ao afirmar que são utilizadas “categorias marginais”, a autora aponta como a população negra é empurrada, de forma contínua, para posições sociais subalternizadas. Assim, quando se afirma que o negro é “vagabundo” por estar desempregado, não se trata de uma questão individual ou moral, mas de um processo racializado e estrutural, produzido de maneira consciente para ocultar o funcionamento desigual do sistema. O desemprego e a precarização do trabalho atingem desproporcionalmente a população negra porque esta é historicamente colocada nos lugares mais vulneráveis do mercado de trabalho.

Nesse sentido, cada esfera do capitalismo atua como um filtro social: aqueles que possuem maior status social — majoritariamente brancos — ocupam os melhores postos, enquanto os negros são direcionados às piores vagas, mesmo quando possuem a mesma qualificação. Lélia organiza essa dinâmica a partir das categorias A, B, C e D, recurso fundamental para compreender como os sujeitos são distribuídos dentro das diferentes formas de capital, evidenciando a hierarquização racial existente no interior das classes sociais.

A autora também introduz as instâncias política e ideológica, destacando o conflito permanente entre o que se sustenta ideologicamente e o que se efetiva na prática política. Há, segundo Lélia, uma necessidade constante de manutenção do equilíbrio do sistema. Quando determinadas estratégias de exclusão racial se tornam visíveis — como, por exemplo, os mecanismos que dificultam o acesso da população negra ao ensino superior — o sistema reorganiza suas formas de dominação, criando novas estratégias para preservar o mesmo equilíbrio de poder sem que o racismo apareça de forma explícita.

Essa manutenção do equilíbrio ocorre por meio da articulação entre diferentes índices de dominação, o que torna o sistema complexo e instável. A interação entre as esferas econômica, política e ideológica exige constante ajuste, de modo que a dominação racial permaneça funcional. No capitalismo competitivo e no capitalismo monopolista, observa-se uma crescente intervenção do nível político em todas as esferas sociais, sendo o liberalismo econômico um dos pilares do capitalismo competitivo analisado por Lélia.

Nesse contexto, o Estado surge como mediador entre esses campos, atuando para "equilibrar os pratinhos" e garantir que a estrutura social permaneça essencialmente a mesma. Embora haja a aparência de mobilidade social, o que se observa é uma limitação clara: o acesso à educação básica é permitido, mas, a partir do ensino médio, a maioria da população negra é direcionada para empregos de baixa remuneração, geralmente sob o regime da CLT, com poucas possibilidades de ascensão.

Mesmo quando negros e brancos ocupam a mesma classe social e possuem a mesma escolaridade, o privilégio racial opera de forma decisiva. O trabalhador branco tende a ser promovido com mais facilidade, a receber melhores salários e a obter um tratamento diferenciado em relação ao trabalhador negro. Assim, o racismo estrutura as relações de classe, beneficiando o branco mesmo dentro de condições aparentemente iguais.

Ao tratar das relações raciais no Brasil, Lélia Gonzalez afirma que o racismo, enquanto construção ideológica, constitui um conjunto de práticas que se perpetuam e se reforçam no período pós-abolição, justamente por atenderem a interesses específicos. A abolição da escravatura, longe de representar uma ruptura com o sistema de exploração racial, funcionou como uma estratégia para manter o equilíbrio social e econômico, reorganizando as formas de dominação sem alterar sua essência.

A autora aponta dois aspectos centrais desse processo: a reprodução dos lugares e das classes sociais e a reprodução dos atores sociais, distribuídos hierarquicamente dentro desses lugares. Essa dinâmica cria a falsa impressão de mobilidade, quando, na realidade, o que se mantém é uma hierarquia rígida. O Brasil passa, então, a ser dividido entre um "Brasil desenvolvido" e um "Brasil subdesenvolvido", sendo este último majoritariamente ocupado pela população negra, enquanto o primeiro concentra sujeitos com poucos ou nenhum traço negroide.

Outro elemento fundamental é a estratégia de fomentar a competição entre os próprios sujeitos subalternizados. Ao competir entre si, os indivíduos deixam de perceber que o verdadeiro responsável por essa disputa é o sistema que os coloca nessas posições, garantindo a manutenção do equilíbrio do poder.

Dessa forma, o capítulo evidencia a importância de compreender os contextos históricos e econômicos no espaço escolar. É fundamental que a educação possibilite a leitura crítica dessas estruturas, pois o funcionamento do sistema não é facilmente perceptível. A narrativa de que o 13 de maio libertou a população negra, por exemplo, oculta o fato de que apenas uma pequena parcela foi efetivamente beneficiada, enquanto a maioria já vivia em condições precárias de liberdade. Entender como, quando e em que condições esses sujeitos estavam "livres" é essencial para desmontar as narrativas oficiais.

Por fim, Lélia Gonzalez também problematiza o distanciamento entre os discursos progressistas e as práticas tradicionais. Mesmo os setores considerados progressistas tendem a reduzir a análise às questões socioeconômicas, negligenciando a centralidade da raça na estrutura social brasileira. Assim, não se afastam completamente do pensamento tradicional, pois continuam ignorando as dimensões raciais que sustentam o sistema.

Diante disso, este capítulo se mostra fundamental para a monografia, pois oferece uma base teórica consistente para compreender o racismo como elemento estruturante do capitalismo brasileiro, articulando classe, raça e poder de forma crítica e profunda.

Pesquisa: mulher negra

Neste artigo, Lélia Gonzalez analisa uma pesquisa sobre a condição da mulher negra e evidencia o quanto sua vida é marcada pela desigualdade e pela discriminação. A autora inicia apontando que o longo processo de marginalização da população negra, imposto por

práticas discriminatórias de uma sociedade historicamente autoritária, relegou esse grupo à condição de um dos setores mais oprimidos e explorados da população brasileira — com destaque para a mulher negra.

É a partir dessa realidade que Lélia explica o que ela denomina como um certo “atraso político” do movimento negro em relação a outros movimentos sociais. No entanto, a autora ressalta que o desconhecimento ou a ausência de consciência sobre os efeitos estruturais do racismo leva muitas pessoas, inclusive aquelas consideradas progressistas ou de “boa vontade”, a reproduzirem um julgamento amplamente criticado por Florestan Fernandes: a ideia de que os negros seriam os únicos responsáveis pela situação social em que se encontram.

Essa lógica desconsidera que o chamado “atraso” do movimento negro está diretamente relacionado às condições históricas e estruturais que dificultaram o acesso da população negra à educação, à qualificação profissional e à ascensão social. Tanto homens negros quanto mulheres negras foram sistematicamente excluídos desses espaços, o que impactou diretamente o desenvolvimento político e organizativo do movimento negro. Diferentemente de outros movimentos sociais, que já contavam com integrantes com maior nível de escolarização, o movimento negro precisou travar uma dupla luta: a luta por direitos e reconhecimento e, simultaneamente, a luta pelo acesso ao estudo e à formação.

Nesse contexto, Lélia dialoga com um conceito apresentado por Lacan, ao se referir a um “racismo envergonhado de si mesmo”. Trata-se de uma estratégia ideológica que finge negar a existência do problema racial, ao mesmo tempo em que reafirma a inferioridade do negro por meio do discurso de que ele é o único responsável por suas próprias dificuldades. Dessa forma, o sistema opera para que a população negra internalize a ideia de inferioridade, aceite a exclusão como algo natural e seja responsabilizada individualmente pela falta de acesso à educação e às oportunidades, ocultando o papel de um sistema estruturalmente racista.

A autora também aponta as dificuldades enfrentadas pelo movimento negro ao compará-lo ao movimento feminista, frequentemente visto como mais organizado e avançado. Lélia argumenta que essa diferença não é casual: o movimento feminista, em sua origem e consolidação, foi majoritariamente composto por mulheres brancas, de classe média e alta, que já possuíam acesso à educação, recursos e espaços de poder. Assim, era esperado que esse movimento alcançasse maior visibilidade e organização do que o movimento negro.

É nesse ponto que Lélia explicita o duplo efeito da desigualdade vivenciado pela mulher negra. Ela demonstra que, dentro da estrutura do trabalho e da educação, há uma hierarquia bem definida: os homens recebem mais do que as mulheres; os homens negros recebem menos do que os homens brancos, mas mais do que as mulheres negras; as mulheres brancas recebem mais do que as mulheres negras; e, por fim, a mulher negra ocupa sempre a última posição, recebendo menos do que todos os demais grupos.

Mesmo se esforçando, estudando e trabalhando, a mulher negra permanece subvalorizada, sendo constantemente empurrada para funções menos reconhecidas socialmente, geralmente em cargos invisibilizados, nos quais sua presença não é valorizada nem reconhecida. Para sustentar essa análise, Lélia Gonzalez apresenta tabelas e dados estatísticos da época, com percentuais que evidenciam essas desigualdades, considerando o contexto histórico de publicação do artigo, em 1981.

Outro aspecto relevante destacado por Lélia Gonzalez refere-se à questão do trabalho com e sem carteira assinada. A autora evidencia que há homens e mulheres inseridos no mercado formal de trabalho, com direitos garantidos, e homens e mulheres que permanecem na informalidade, sem qualquer proteção trabalhista. A carteira assinada assume, nesse contexto, um papel central na defesa dos direitos do trabalhador, sobretudo no que diz respeito à garantia do salário mínimo.

No trabalho formal, a existência da carteira assinada assegura que o trabalhador receba, ao menos, o salário mínimo legal, além de outros direitos previstos em lei. No entanto, os dados apresentados por Lélia revelam que uma parcela significativa da população negra — especialmente as mulheres negras — encontra-se fora desse sistema de proteção, exercendo atividades sem vínculo formal de trabalho. Nessas condições, o valor do salário deixa de ser regulamentado e passa a variar de acordo com a lógica da produtividade: se produz, recebe; se não produz, não recebe.

Essa ausência de regulamentação abre brechas que não são contempladas pela legislação trabalhista, permitindo a ampliação das desigualdades salariais. Assim, homens e mulheres negras, em especial as mulheres negras, acabam recebendo salários inferiores, submetidas a relações de trabalho precarizadas e instáveis. Esse cenário reforça a posição de vulnerabilidade da mulher negra no mercado de trabalho e evidencia como a informalidade opera como mais um mecanismo de reprodução das desigualdades raciais e de gênero.

Por fim, Lélia Gonzalez também destaca a relação entre família, casamento e desigualdade racial, evidenciando como esses elementos contribuem para a reprodução das desigualdades sociais. A autora aponta que a constituição das famílias no Brasil ocorre, majoritariamente, de forma homogênea do ponto de vista racial e de classe, ou seja, os casamentos tendem a acontecer entre pessoas consideradas "iguais" nesses marcadores sociais. Assim, homens negros, em sua maioria, casam-se com mulheres negras, e homens brancos com mulheres brancas, enquanto os casamentos inter-raciais — como entre homens negros e mulheres brancas ou homens brancos e mulheres negras — representam uma parcela estatisticamente reduzida.

Essa configuração tem impactos diretos sobre a renda e a organização econômica das famílias. Em famílias negras, marcadas por menores salários e maior precarização do trabalho, é comum que um número maior de pessoas precise trabalhar para alcançar uma renda mensal equivalente à de uma família branca. Enquanto, em muitas famílias brancas, a renda familiar pode ser garantida apenas pelo trabalho do homem e da mulher adultos, nas famílias negras há frequentemente a necessidade de que outros membros, inclusive os mais jovens, contribuam financeiramente.

Dessa forma, a estrutura familiar também se torna um espaço de reprodução da desigualdade racial, na medida em que as condições de trabalho, renda e oportunidades não se distribuem de maneira equitativa entre famílias negras e brancas. Esse fator reforça o ciclo de desigualdade enfrentado pela população negra e, particularmente, pelas mulheres negras, que acumulam responsabilidades produtivas e reprodutivas desde cedo, em um contexto de restrição de direitos e de acesso a melhores condições de vida.

Mulher negra, essa quilombola

Neste capítulo, Lélia Gonzalez traz a questão da mulher negra como aquela que "lambola", isto é, que se movimenta, resiste e constrói estratégias de sobrevivência e luta. Em destaque, ela aponta como, em determinado momento, o grande público passou a tomar conhecimento da importância do 20 de novembro para a população negra no Brasil. A autora apresenta, então, o significado histórico dessa data, retomando a história de Zumbi dos Palmares e atribuindo a esse processo um caráter pedagógico de elucidação e conscientização do povo negro.

Lélia aborda o período de Palmares, o pós-abolição e o modo como o movimento negro instituiu o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. No primeiro caso, Zumbi dos Palmares transforma-se em um símbolo de resistência e de luta por uma sociedade alternativa, na qual negros, indígenas e brancos fossem considerados a partir daquilo que os tornava iguais: sua humanidade. Essa sociedade seria organizada com base em critérios democráticos e na justa distribuição dos frutos do trabalho. A autora afirma que ali se deu a primeira tentativa concreta de criação de uma sociedade igualitária e que Palmares representou, de fato, uma democracia racial real, e não o mito construído posteriormente.

No segundo caso, Zumbi personifica a ameaça à perda dos privilégios de raça e classe, sempre presentes e perigosos para o grupo dominante. Lélia evidencia que o medo dos dominadores de perder seus privilégios esteve, historicamente, na base da repressão e da violência contra o povo negro. Esse medo aparece reiteradamente ao longo da história: quando um grupo detém privilégios, o receio de perdê-los gera mecanismos de manutenção da desigualdade.

A autora destaca, então, o papel central da mulher negra nesse processo histórico. Enquanto escravizada, ela atuou em diferentes frentes de trabalho e resistência, desenvolvendo estratégias para melhorar a vida do seu povo e para possibilitar caminhos de libertação. Seja como mãe preta, ao contar histórias para os filhos das famílias brancas — muitas vezes utilizando a figura de Zumbi como elemento de temor e disciplina —, seja ao educar seus próprios filhos para que pudessem sair daquela condição e buscar melhores condições de vida, a mulher negra exerceu um papel educativo e político fundamental.

Durante o período da escravidão, as mulheres negras foram destinadas a múltiplas funções, desde o trabalho no campo — como nas plantações de cana-de-açúcar e café — até o trabalho doméstico. No primeiro caso, muitas mulheres estimularam companheiros à revolta, à fuga e à formação de quilombos. Assim, evidencia-se que houve, de forma contínua, a atuação das mulheres negras nos bastidores dos processos históricos de resistência, refúgio e libertação do povo negro.

Lélia Gonzalez também aborda a chamada resistência passiva. Muitas vezes, a mulher negra foi vista como submissa ou “boba” por aceitar os papéis de escravizada, mãe preta ou trabalhadora doméstica. No entanto, a autora demonstra que, por trás dessa aparente submissão — consciente ou não —, havia uma estratégia de resistência, na qual a mulher negra introduzia sua cultura, seus valores e formas de educação no interior das famílias

brancas, contribuindo para a construção de uma educação que tensionava o racismo. Essa resistência, portanto, não era passiva no sentido de ingenuidade, mas uma forma sofisticada de enfrentamento.

Lélia afirma ainda que a situação da mulher negra no presente não se diferencia radicalmente do passado. Ela continua sendo majoritariamente inserida nos setores mais inferiorizados da sociedade brasileira, enfrentando a sobrecarga do trabalho, a maternidade solo e a luta cotidiana pela sobrevivência.

Nesse contexto, a autora apresenta a história de Marli, uma mulher negra inserida no movimento negro, em processo de conscientização política. Lélia afirma que Marli pode até ter medo de barata, mas não tem medo da polícia, e que, se a isso se soma um mínimo de consciência política, é possível prever os desdobramentos desse processo. A conscientização da mulher negra surge, sobretudo, quando ela percebe o racismo direcionado aos seus filhos, companheiros, amigos e à sua comunidade. Essas experiências funcionam como gatilhos profundos de tomada de consciência e mobilização.

O capítulo se encerra com a narrativa da comemoração do 20 de novembro, durante um projeto de memorial dedicado a Zumbi dos Palmares, do qual Lélia Gonzalez participou ativamente. Durante a solenidade, realizada no alto da serra, os participantes refletiam sobre as mulheres palmarinas que, diante da ameaça da escravização, optaram por matar seus próprios filhos e, em seguida, tirar a própria vida. Lélia reconhece o impacto dessa memória e conclui que, embora essa escolha cause espanto, cada pessoa desenvolve suas próprias estratégias de resistência e sobrevivência de acordo com aquilo em que acredita.

Democracia racial? Nada disso! *

Apesar de possuir apenas três páginas, este capítulo é de extrema relevância para a construção da monografia, pois oferece elementos fundamentais para a compreensão das estruturas sociais que sustentam a realidade brasileira contemporânea. Logo no início, Lélia Gonzalez evidencia que o racismo e a discriminação racial não são fenômenos abstratos ou pontuais, mas sim concretos e estruturantes, sendo diretamente responsáveis pelas desigualdades territoriais, econômicas e sociais que atravessam a população negra. Essas desigualdades se expressam, por exemplo, nas diferenças salariais, nas dificuldades de acesso ao emprego e até mesmo na configuração das estruturas familiares. Assim, não é por acaso

que pessoas negras recebem menos ou enfrentam maiores obstáculos no mercado de trabalho; trata-se de um efeito direto da permanência e da força do racismo no Brasil.

A autora também provoca uma reflexão sobre as formas como o racismo opera tanto no plano coletivo quanto subjetivo, ou seja, na maneira como ele se manifesta na sociedade e na forma como é internalizado pelos próprios sujeitos. Nesse sentido, Lélia levanta questões fundamentais: como o racismo funciona em nosso cotidiano? De que maneira sentimos seus efeitos nas relações sociais? Como mulheres e homens brancos se relacionam com mulheres negras e homens negros? Qual tem sido o papel histórico das pessoas negras na família e na comunidade? Essas perguntas são essenciais para compreender não apenas o racismo em si, mas também os mecanismos que fazem com que ele se naturalize e, muitas vezes, passe despercebido.

Ao retomar a história da população negra desde o processo de sequestro e retirada forçada do continente africano, Lélia Gonzalez evidencia a violência estrutural que marcou a formação da sociedade brasileira. A autora destaca a centralidade da cultura africana, especialmente no que diz respeito às religiões, à organização familiar e ao papel das mulheres, elementos que atravessaram o período colonial e se refletem até hoje nas práticas culturais e religiosas no Brasil. Um exemplo marcante é a figura da mãe preta, que emerge da função exercida pelas mulheres negras escravizadas no cuidado dos filhos das famílias brancas.

Esse cuidado não pode ser compreendido de forma romantizada. As mulheres negras, especialmente as mucamas e amas de leite, foram responsáveis por criar, amamentar e educar crianças brancas, enquanto seus próprios filhos eram frequentemente negligenciados ou separados delas. Como afirma Lélia Gonzalez, “tanto uma quanto a outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje”, evidenciando a continuidade histórica entre a escrava do eito, a mucama e as trabalhadoras negras contemporâneas. Mudam-se os nomes e as formas, mas as relações de exploração e subalternização permanecem estruturadas de maneira semelhante.

A autora também chama atenção para o fato de que o trabalho da mucama estava profundamente atravessado pela violência sexual. A mãe preta não era apenas aquela que cuidava e amamentava; era também um corpo constantemente violado, utilizado como objeto pelo senhor, engravidando e, ainda assim, obrigada a cuidar dos filhos brancos e a oferecer seu próprio leite. Essa realidade revela como a objetificação do corpo da mulher negra está na base da formação social brasileira.

Compreender essa história é fundamental para pensar a educação em uma perspectiva crítica e emancipadora. Levar essa discussão para a escola significa ir além de narrativas superficiais sobre a história do Brasil, rompendo com discursos que falam em "descobrimento" e silenciamentos históricos. Significa mostrar às crianças que o Brasil já existia, que foi construído a partir de violências e que essas violências deixaram marcas profundas nas relações sociais, especialmente na forma como as mulheres negras são vistas e tratadas.

A objetificação histórica da mulher negra se reflete até hoje nas representações culturais, como no samba, onde a mulher negra frequentemente não é reconhecida como profissional da dança, mas reduzida à figura da "mulata", termo que reforça sua hipersexualização. Nesse sentido, a mulata aparece como a outra face da mucama: muda-se a denominação, mas mantém-se a lógica do corpo negro feminino como objeto sexual. Essa continuidade evidencia como o racismo e o sexismo se articulam, produzindo e reproduzindo desigualdades que atravessam o tempo e se atualizam na sociedade contemporânea.

Esse processo histórico também reforça o papel fundamental desempenhado pelas mães pretas na constituição da identidade cultural brasileira. É graças a essas mulheres negras que, ainda hoje, conseguimos perceber marcas profundas da africanização na sociedade brasileira, inclusive na língua que falamos. O português utilizado no Brasil não é uma simples reprodução do modelo europeu, mas um português africanizado, atravessado por estruturas, sonoridades e sentidos oriundos das línguas e culturas africanas, conforme aponta Lélia Gonzalez ao discutir o conceito de pretuguês.

Além da língua, é possível reafirmar como elementos constitutivos da identidade nacional diversas produções culturais oriundas da população negra, como o samba, a feijoada, a ginga, o jogo de cintura, a descontração e outras formas de expressão corporal e simbólica. Esses elementos não são marginais, mas centrais naquilo que se reconhece socialmente como "cultura brasileira". Dessa forma, ao pensarmos a cultura nacional, não estamos nos referindo a uma herança europeia homogênea, mas a uma cultura profundamente africanizada e afro-brasileira, construída a partir da resistência, da criatividade e da vivência do povo negro no Brasil.

De Palmares às escolas de samba, tamos ai

O trecho analisado, que se estende por aproximadamente três páginas, apresenta um caráter profundamente pedagógico ao enfatizar determinadas datas comemorativas, revelando que elas não são neutras nem meramente festivas. Pelo contrário, tais datas carregam conteúdos históricos, políticos e culturais que deveriam ser tratados como conhecimento público, acessível e discutido criticamente nos espaços educativos. Nesse sentido, torna-se fundamental questionar o que está por trás dessas datas, quem as instituiu e quais narrativas foram silenciadas ou invisibilizadas ao longo do tempo.

Observa-se que muitas dessas datas estão diretamente vinculadas às populações africanas e afro-brasileiras, especialmente perceptíveis no início e no final do ano, período marcado por diversas celebrações populares. No entanto, tais contribuições raramente aparecem nos livros didáticos ou nos currículos escolares oficiais, que pouco abordam, de forma efetiva, a participação das classes populares, das mulheres, dos negros e dos povos indígenas na constituição histórica e cultural do Brasil. O que se promove, na maioria das vezes, é uma popularização esvaziada dessas datas, desprovida de contextualização crítica.

Como consequência, consolida-se a falsa impressão de que apenas homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os responsáveis pela construção do país. Essa narrativa constitui o que Lélia Gonzalez denomina uma “mentira tripla”, sustentada pelo sexismo, racismo e elitismo, pois ignora a multiplicidade de culturas e povos que contribuíram de forma decisiva para a formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, destaca-se o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. Zumbi foi assassinado por lutar pela libertação de um povo tratado como objeto, descartável e desumanizado. Palmares representou uma experiência concreta de resistência e organização social negra, com forte protagonismo feminino. Após a morte de seus líderes, muitas mulheres negras optaram por matar a si mesmas e a seus filhos como forma extrema de resistência, recusando-se a submeter seus corpos e existências à humilhação da escravidão. No Rio de Janeiro, essa memória se mantém viva por meio de grupos como o Aqualtune, nome que homenageia a heroica palmarina, mãe de Ganga Zumba e ancestral direta de Zumbi dos Palmares.

Outro eixo recorrente nos capítulos é a presença da mulher negra no samba, retratada como aquela que, apesar do cansaço e das múltiplas jornadas de trabalho, encontra no samba um espaço de expressão, resistência e liberdade. Essa discussão conduz ao 2 de dezembro, Dia Nacional do Samba, uma data que evidencia a centralidade da cultura negra na identidade

nacional. Historicamente, a casa de Tia Ciata foi um núcleo irradiador do samba carioca, dos blocos e das escolas de samba, além de ser um espaço religioso de resistência, já que Tia Ciata também atuava como ialorixá.

O texto também evidencia o sincretismo religioso presente nas datas de 4 e 8 de dezembro. O dia 4, oficialmente dedicado a Santa Bárbara, é, na prática popular, celebrado como o dia de Iansã, orixá dos ventos, raios e tempestades, símbolo de força e guerra. Já o dia 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição, corresponde ao dia de Oxum, orixá das águas doces, da fertilidade, da maternidade, da beleza e da feminilidade. Esse mecanismo de "esconder" os orixás sob a roupagem católica foi uma estratégia histórica de sobrevivência das religiões de matriz africana frente à perseguição religiosa.

Da mesma forma, as celebrações de 31 de dezembro, com o ritual de pular as sete ondas e ofertar flores ao mar, remetem à reverência a Iemanjá, a grande mãe, rainha do mar, geradora de vida e protetora de seus filhos. Ainda assim, tais significados raramente são explicados ou reconhecidos oficialmente, permanecendo ausentes dos materiais didáticos.

O texto menciona, ainda, figuras fundamentais como Iyá Nassô, Mãe Aninha, Mãe Senhora, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella, entre outras lideranças religiosas que exerceram um papel ecumênico e acolhedor, sem distinção de religião, classe social, partido político ou origem étnica. Esses espaços sempre ofereceram alento e esperança àqueles que buscavam sobreviver em uma sociedade excludente.

Apesar de terem sido historicamente perseguidas por autoridades políticas, policiais e religiosas, as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, constituíram verdadeiros centros de resistência cultural, responsáveis, inclusive, pela origem dos blocos carnavalescos e das escolas de samba. Isso evidencia que a base da cultura popular brasileira é negra, africana e afro-diaspórica.

Lélia Gonzalez reforça que, embora o Natal seja uma celebração cristã, a forma como os negros o vivenciam imprime uma energia própria, marcada pela corporalidade, pelo ritmo e pela alegria. O antigo entrudo, prática europeia sem expressividade popular, só se transformou em um grande espetáculo cultural e turístico quando a população negra passou a ocupar as ruas, trazendo cor, gingado e criatividade. Ainda assim, o reconhecimento institucional e financeiro dessa produção cultural não retorna às comunidades negras que a

construíram, mas se concentra nas secretarias governamentais e nas empresas do setor turístico.

Tia Clementina, eterna menina

Neste capítulo, são dedicadas aproximadamente quatro páginas à trajetória de Clementina de Jesus, cantora brasileira nascida em 1901, cuja obra é marcada por um profundo enraizamento na cultura africana. O texto apresenta detalhadamente seu percurso de vida, desde o local de origem até sua ascensão no cenário público, destacando a forma como sua voz encantou multidões e como sua presença esteve intimamente ligada ao universo do samba.

Clementina provém de um contexto rural, ligado ao trabalho em plantações, o que possibilita compreender a relação entre formação cultural, musicalidade e ancestralidade. Ressalta-se a importância de afirmar que, embora não fosse carioca de nascimento, sua expressão cultural incorporava elementos profundamente associados à cultura negra no Brasil. Assim, não se trata de um "espírito carioca", mas de um espírito negro, forjado pela diáspora africana e pela experiência histórica da população negra.

Sua vivência contribuiu para a construção de um português africanizado, permeado por expressões de origem africana, possivelmente vinculadas ao quimbundo. Dessa forma, a cultura negra de Clementina é compreendida como essencialmente banto, característica que marca não apenas sua trajetória individual, mas a formação cultural do próprio estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o texto aponta que essa herança linguística e cultural ultrapassa fronteiras regionais, reafirmando a centralidade da cultura negra na constituição da identidade brasileira.

Filha de pai violeiro e mãe jongueira, Clementina aprendeu a falar e a se expressar por meio da música, cantando jongos, modas de viola, lundus, calangos, cantos de trabalho e curimãs. Trata-se, portanto, de uma formação cultural profundamente ancestral, que influenciou diretamente sua atuação artística e sua afirmação identitária enquanto mulher negra.

Entretanto, o texto enfatiza que essa riqueza cultural raramente é abordada no contexto escolar, apesar de sua enorme relevância pedagógica. Estudar Clementina de Jesus significa apresentar às crianças — especialmente às meninas negras — uma representação da mulher

negra a partir de uma perspectiva de potência, ancestralidade e protagonismo, rompendo com estereótipos historicamente impostos.

O capítulo também aborda o reconhecimento artístico de Clementina, destacando suas apresentações, sua viagem à África e o lançamento de seu disco solo em 1970. Sua voz é descrita como profundamente impactante, marcada por timbre singular, síncopes, swing e uma expressividade capaz de provocar emoções intensas — ao mesmo tempo em que embala, desperta e mobiliza. Trata-se de uma voz que carrega vibração, emoção e ancestralidade.

Apesar de todo esse talento, Clementina de Jesus é apresentada como uma artista injustiçada, assim como o povo e a cultura dos quais se origina. Sua discografia não ultrapassa cinco discos, seus cachês eram baixos e, em muitos casos, meramente simbólicos, enquanto outros artistas alcançavam grande retorno financeiro. Ao longo de quase vinte anos de carreira artística, conseguiu apenas adquirir uma casa em um subúrbio, evidenciando as desigualdades raciais e de gênero presentes no mercado cultural.

Essa realidade reforça a necessidade de refletir sobre a valorização da cultura negra e sobre a persistência da desigualdade salarial enfrentada por mulheres negras. Mesmo em 1970 — e até sua morte, nos anos 1980 — essas desigualdades permaneciam evidentes, o que pode ser claramente observado a partir das análises propostas por Lélia Gonzalez. Tal discussão é fundamental para compreender como essas estruturas de opressão continuam impactando, até os dias atuais, a vida das mulheres negras.

Por fim, o capítulo defende a importância de inserir referências negras como Clementina de Jesus no currículo escolar, promovendo reconhecimento, pertencimento e identificação. Ao conhecer trajetórias como a dela, meninas negras podem perceber que existem, sim, lugares possíveis de ocupação social, cultural e simbólica — lugares que historicamente lhes foram negados, mas que podem e devem ser reivindicados.

A esperança branca

Neste capítulo, aborda-se um episódio histórico de extrema violência ocorrido na África do Sul, em 21 de março de 1960, quando uma manifestação pacífica da população negra foi brutalmente reprimida, resultando em um massacre. Esse acontecimento marcou profundamente a luta antirracista em escala internacional, sendo posteriormente reconhecido

pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Tal reconhecimento evidencia a importância de compreender e refletir sobre os processos de opressão racial que extrapolam as fronteiras nacionais. Muitas vezes, sequer somos instigados a conhecer plenamente as desigualdades raciais que atravessam a realidade brasileira; menos ainda aquelas que ocorrem em outros contextos globais. Contudo, essas experiências estão interligadas e influenciam, direta ou indiretamente, as dinâmicas sociais, políticas e culturais de nossas próprias vidas.

Na sequência, o texto apresenta o caso conhecido como “Esperança Branca”, referente a um campeão brasileiro que se declarou branco como estratégia para alcançar reconhecimento e ascensão social. Tal episódio reforça a percepção de que, em determinados contextos, a negação da própria identidade racial e cultural torna-se uma condição imposta para o acesso a privilégios e espaços de poder. Ao afirmar não sofrer discriminação racial — ainda que esta esteja presente de forma explícita —, o sujeito passa a ocupar um lugar ambíguo: isolado de sua comunidade de origem e aceito de maneira forçada pelos grupos brancos dominantes.

Nesse sentido, observa-se que esse processo envolve a rejeição sistemática de vínculos afetivos, culturais e sociais com pessoas negras, mesmo quando tais relações são de conhecimento público. Essa postura evidencia o quanto determinados indivíduos acabam por se colocar a serviço das classes brancas dominantes, que seguem acumulando riquezas e poder, enquanto a maior parte da população negra permanece submetida a condições de exploração, desemprego, subemprego e precarização da vida.

O capítulo também problematiza o preconceito internalizado por meio do conceito de “psicologia do jabuticaba”, que se refere ao sujeito negro que, ao ascender socialmente de forma individual, passa por um processo de negação de sua identidade racial. Essa ascensão ocorre, frequentemente, acompanhada de uma “lavagem cerebral” pautada no ideal do branqueamento, levando o indivíduo a se distanciar progressivamente da comunidade negra e a internalizar valores ideológicos brancos. Como consequência, o racismo passa a ser reproduzido pelo próprio sujeito, que pode chegar ao ponto de se envergonhar e desprezar sua origem.

Nesse processo de alienação, o indivíduo passa a atribuir à população negra estereótipos historicamente construídos, como a ideia de falta de esforço, irresponsabilidade ou incapacidade política, inclusive questionando sua aptidão para o exercício do voto. Assim, o racismo estrutural se disfarça e se naturaliza, dando origem ao chamado racismo à brasileira,

caracterizado pela negação da própria existência do racismo e da discriminação racial. Esse mecanismo contribui para a perpetuação das desigualdades, uma vez que oculta as injustiças históricas e sociais que estruturam as relações raciais no país.

Beleza negra, ou: Ora-yê-yê-ô!

Neste capítulo, Lélia Gonzalez aborda a festividade em Salvador, com destaque para a rua do Curuzu, espaço simbólico e fundamental para a compreensão da cultura negra baiana. É nesse contexto que emerge o bloco afro Ilê Aiyê, cuja proposta se diferencia radicalmente das representações hegemônicas do carnaval brasileiro. Ao contrário da cultura que historicamente sexualiza e objetifica o corpo da mulher negra, o Ilê Aiyê constrói uma estética baseada no empoderamento, na valorização da ancestralidade africana e na afirmação da identidade negra.

Essa iniciativa revela uma forma potente de luta contra o racismo e a objetificação feminina, ao mesmo tempo em que ressignifica o próprio sentido do samba e das manifestações culturais afro-brasileiras. Importa destacar que o Ilê Aiyê não se restringe ao período carnavalesco; trata-se de um movimento contínuo, que atua ao longo de todo o ano no fortalecimento da identidade negra e na preservação de suas raízes culturais. As jovens mulheres negras que participam do bloco dançam o ijexá sem recorrer a perucas, alisamentos, hipersexualização do corpo ou mascaramentos simbólicos, sendo descritas por Lélia Gonzalez como verdadeiras encarnações de Oxum, divindade associada à beleza, à força e à dignidade da mulher negra.

Nesse contexto, a Noite da Beleza Negra assume papel central como um ato anual de revalorização da mulher negra, historicamente massacrada, inferiorizada por um machismo racializado e submetida a padrões estéticos eurocêntricos que reforçam sua objetificação. Lélia Gonzalez enfatiza que não se trata de um concurso de beleza nos moldes tradicionais — como os concursos de “Miss” —, pois estes apenas reproduzem a ideologia do branqueamento e os valores estéticos dominantes.

A escolha da mulher negra que protagoniza esse momento não se fundamenta em traços corporais padronizados, mas naquilo que o bloco define como ser uma “negra Ilê”: a dignidade, a elegância, a harmonia entre o cabelo e o traje, o dengo, a leveza, o modo de olhar, sorrir, gesticular, a sensualidade presente na quebrada de ombro e a energia transmitida

na dança. O que está em jogo, portanto, não é o corpo enquanto objeto, mas a energia, a ancestralidade, a capacidade de dançar e de expressar uma presença afirmativa e potente.

Dessa forma, a Noite da Beleza Negra configura-se como um verdadeiro ato de descolonização cultural. Trata-se de uma estratégia de resistência ao sistema racista e eurocêntrico, evidenciando que existem múltiplas formas de enfrentamento e subversão da ordem dominante. Observa-se, inclusive, uma inversão simbólica de poder, na qual o eurocentrismo deixa de ocupar o centro, cedendo espaço a uma perspectiva afrocentrada.

Por fim, Lélia Gonzalez aponta que o Ilê Aiyê e seus fundadores foram alvo de acusações de "racismo reverso", o que revela como o racismo estrutural é amplamente naturalizado e aceito na sociedade brasileira. Essas acusações surgem justamente quando sujeitos negros se organizam politicamente para afirmar sua identidade e seus valores. Ainda assim, o bloco foi às ruas no carnaval de 1974, consolidando-se como um marco histórico de resistência, afirmação cultural e luta antirracista — um conteúdo fundamental a ser trabalhado na educação e que reforça a importância da leitura integral da obra de Lélia Gonzalez.

No trecho: Enfrentando os mais diferentes tipos de dificuldades, inclusive acusações de racismo "às avessas" (o que nos leva a afirmar que o racismo "às direitas" é muito bem-aceito neste país) podemos entender que.

O sentido de "racismo às avessas"

Quando Lélia menciona as acusações de **"racismo às avessas"**, ela está se referindo à crítica feita ao Ilê Aiyê por ser um bloco **exclusivamente negro**, que afirmava explicitamente a negritude, a cultura africana e a valorização de pessoas negras.

Na lógica racista dominante no Brasil, qualquer iniciativa que coloque pessoas negras no centro, como protagonistas, é rapidamente acusada de "exclusão" ou "discriminação contra brancos". Essa acusação parte da falsa ideia de que racismo seria apenas uma questão de **hostilidade individual** ou de "preferência", e não uma **estrutura histórica de poder**.

Lélia desmonta essa noção ao mostrar que não existe simetria entre a experiência branca e a negra. Pessoas negras criam espaços próprios não para oprimir, mas para **sobreviver, resistir e reconstruir a autoestima coletiva** após séculos de escravização, marginalização e apagamento.

O que Lélia chama de “racismo às direitas”

Ao dizer que o racismo “às direitas” é **muito bem-aceito neste país**, Lélia está nomeando o **racismo estrutural e cotidiano**, aquele que não precisa se declarar como racismo para funcionar.

Esse racismo se manifesta, por exemplo: na imposição de padrões estéticos brancos; na exclusão de pessoas negras de espaços de prestígio; na violência policial seletiva; na desigualdade no mercado de trabalho; na negação da cultura negra como referência legítima.

Esse é o racismo que organiza a sociedade brasileira desde o período colonial e escravista. Ele é considerado “normal”, “natural” ou “neutro”, justamente porque beneficia a branquitude e mantém a hierarquia racial intacta.

A ironia crítica de Lélia Gonzalez

A força do trecho está na **ironia política**. Quando ela contrapõe “racismo às avessas” e “racismo às direitas”, Lélia está denunciando a hipocrisia social:

- O racismo estrutural, que oprime negros diariamente, **não causa escândalo**.
- Já a afirmação negra, quando se torna visível e organizada, **é rapidamente problematizada**.

Ou seja, o problema nunca foi o racismo em si, mas quem ele favorece ou ameaça. O que incomoda não é a exclusão, mas a perda do monopólio branco sobre a definição do que é cultura, beleza e pertencimento.

Implicações para o feminismo negro

Nesse ponto, Lélia também antecipa um argumento central do feminismo negro: **a neutralidade racial é uma farsa**. Quando mulheres negras criam espaços próprios de valorização estética e cultural, elas não estão invertendo a opressão, mas **rompendo com uma estrutura que sempre as colocou à margem**.

Portanto, o “racismo às avessas” não passa de uma estratégia discursiva para **deslegitimar a resistência negra**, enquanto o racismo “às direitas” continua operando silenciosamente, protegido pelo mito da democracia racial.

E a trabalhadora negra, cumé que fica?

Neste capítulo, reforça-se a importância de datas históricas fundamentais para a população negra e para a classe trabalhadora, destacando-se três marcos centrais: o 13 de maio, associado à abolição formal da escravidão; o 18 de junho, referente à criação do Movimento Negro; e o 1º de maio, Dia do Trabalhador. Essas datas não devem ser compreendidas apenas como eventos comemorativos, mas como referências políticas e pedagógicas que possibilitam refletir sobre as condições históricas e sociais da população negra no Brasil.

A partir desses marcos, torna-se possível problematizar a condição da mulher negra trabalhadora, situada na intersecção entre raça, gênero e classe. Constata-se que, em razão dos mecanismos de distribuição racial do trabalho e da renda, a trabalhadora negra é aquela que trabalha mais e recebe menos quando comparada à trabalhadora branca. Esta última, por sua vez, também sofre discriminação por ser mulher, evidenciando que as opressões não se anulam, mas se organizam de forma hierárquica e estrutural.

Assim, o que se observa é a existência de diferentes graus de discriminação, nos quais raça e gênero aprofundam as desigualdades no mundo do trabalho, colocando a mulher negra na base da pirâmide social. Tal constatação reafirma a necessidade de compreender as lutas do movimento negro e da classe trabalhadora como indissociáveis, sobretudo quando se analisa a realidade das mulheres negras no contexto brasileiro.

Outra questão central abordada no capítulo refere-se à mudança de nomenclaturas ao longo do tempo, sem que haja, de fato, uma transformação estrutural das funções sociais destinadas à população negra. Observa-se que, na contemporaneidade, a condição vivida por muitas mulheres negras não difere substancialmente daquela experimentada por suas antepassadas. A trabalhadora rural de hoje guarda semelhanças profundas com a escrava de eito de ontem; da mesma forma, a empregada doméstica contemporânea ocupa um lugar social historicamente associado às figuras da mucama, da mulá, entre outras denominações herdadas do período escravocrata. O nome muda, mas o papel social permanece.

Nesse sentido, o capítulo estabelece uma relação profunda entre o 1º de maio, o 13 de maio e o 18 de junho, evidenciando que esses marcos históricos não podem ser analisados de forma isolada. Ao se observar o intervalo de 94 anos entre o 1º de maio (1894) e o 13 de maio (1888), percebe-se que, apesar da passagem do tempo, as condições materiais da população negra trabalhadora pouco se alteraram. O 13 de maio, embora celebrado oficialmente como marco da abolição, não significou benefícios concretos para a massa trabalhadora negra. Ao contrário, inaugurou um processo sistemático de marginalização social, econômica e simbólica das trabalhadoras e dos trabalhadores negros.

Até então considerados "aptos" para o trabalho escravo, homens e mulheres negras passaram, no pós-abolição, a ser classificados como "incapazes" para o trabalho livre. Essa mudança revela uma lógica perversa de manutenção dos privilégios raciais: enquanto o trabalho negro servia à sustentação da ordem escravocrata, era valorizado; quando essa mesma ordem passa a ser questionada, o negro passa a ser desqualificado. Trata-se de uma manipulação ideológica que sustenta o racismo estrutural brasileiro.

Essa lógica se expressa, de forma evidente, na exclusão da trabalhadora negra das atividades que envolvem contato direto com o público. Profissões como babá, atendente, recepcionista ou quaisquer funções associadas à visibilidade social tendem a excluir mulheres negras, sob o argumento de que o "público é exigente" — exigência que, na prática, revela-se profundamente racista. À trabalhadora negra é imposto um "lugar": o da invisibilidade, do serviço oculto, da cozinha, longe dos espaços de prestígio e reconhecimento.

Constrói-se, assim, a imagem da mulher negra como incapaz, inferior e inadequada para o exercício de profissões consideradas mais dignas ou qualificadas — lugares socialmente reservados às mulheres brancas. Essa hierarquização racial do trabalho não é natural, mas aprendida e reproduzida socialmente, inclusive nos espaços escolares, onde crianças passam a internalizar, desde cedo, essas desigualdades como algo normalizado.

Por fim, o 18 de junho se articula diretamente com o 1º e o 13 de maio, pois marca a organização política do Movimento Negro Unificado, que propôs, entre outras ações, a ressignificação do 13 de maio como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Do mesmo modo, o 1º de maio não pode ser pensado sem considerar a condição de desigualdade e inferiorização à qual o racismo submete o trabalhador negro — e, de maneira ainda mais intensa, a trabalhadora negra — desde 1888.

Dessa forma, o capítulo possibilita compreender como o racismo estrutura as relações de trabalho e organiza as profissões a partir de hierarquias raciais, tornando visível a diferença de tratamento, oportunidades e reconhecimento entre pessoas negras e brancas no mundo do trabalho.

Racismo por omissão

Este capítulo analisa um programa veiculado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), evidenciando a presença do que Lélia Gonzalez denomina racismo por omissão. Embora o programa tenha abordado diversas problemáticas sociais relevantes, deixou de tratar de maneira direta e explícita a questão do racismo no Brasil. Em seu lugar, apresentou uma abordagem distanciada da realidade afro-brasileira, centrada em referências culturais europeias, contribuindo para a descentralização e invisibilização da cultura negra no contexto nacional.

Inicialmente, o programa gerou expectativa entre aqueles que historicamente não possuem espaço de fala, criando a ilusão de que haveria uma oportunidade rara de expressão e reconhecimento. No entanto, tal expectativa foi frustrada, uma vez que a fala concedida partiu de sujeitos já inseridos em uma lógica de branqueamento, reproduzindo discursos alinhados à hegemonia branca. Esse movimento resultou na produção de um racismo oculto, que se manifesta não pela negação explícita, mas pela ausência deliberada do debate racial, funcionando como estratégia de manutenção da ideologia da democracia racial.

Nesse sentido, o capítulo evidencia que o negro, no registro simbólico e político brasileiro, é constantemente conduzido à condição de invisibilidade. Ao tratar dos principais problemas do país e silenciar sobre o racismo, o programa do PT reforça esse padrão histórico de exclusão. Tal omissão não é casual, mas estrutural, e exemplifica o racismo por omissão, que sustenta um dos pilares da ideologia do branqueamento: a crença de que o Brasil é um país racialmente branco, culturalmente ocidental e eurocêntrico, harmonizado pela falsa noção de democracia racial.

Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento

Nesse capítulo de homenagem, evidencia-se a importância da presença e da valorização de imagens e narrativas de pessoas negras historicamente invisibilizadas. São sujeitos que, muitas vezes, não conhecemos, mas cuja contribuição foi fundamental para a construção cultural, intelectual e simbólica da sociedade brasileira. O capítulo destaca pessoas negras que não são reconhecidas apenas por sua cor, mas por sua produção cultural e intelectual, rompendo com estereótipos raciais profundamente enraizados.

Um exemplo marcante apresentado é a execução, por um coral bem estruturado, de uma composição de Padre José Maurício Nunes Garcia, sacerdote negro. Essa referência é significativa porque revela como a história frequentemente apaga ou silencia as trajetórias de negros que alcançaram ascensão cultural e intelectual. Padre José Maurício, ao compor um Tantum Ergo em latim, evidencia que homens negros dominavam a leitura, a escrita e o latim, contrariando os discursos racistas que sustentam a suposta incapacidade intelectual e artística da população negra. Esse apagamento não é casual, mas proposital, pois serve à manutenção de discursos dominantes que buscam silenciar, recalcar e deslegitimar as vivências e produções negras.

O capítulo também estabelece uma distinção entre o barroco eurocêntrico e o barroco brasileiro, ressaltando que este último é profundamente marcado pela presença negra. Tal diferenciação evidencia que a cultura afro-brasileira não apenas participa, mas redefine e transforma os referenciais estéticos herdados do Ocidente europeu e latino. Essa análise reforça a ideia de que há presença, postura e protagonismo negro na construção de uma cultura brasileira própria, que não se limita à reprodução de modelos europeus.

Outro ponto central é a valorização da contribuição da cultura negra para a formação da cultura brasileira como um todo. Ao apresentar diversos nomes e trajetórias, o capítulo cumpre um papel pedagógico de memória, convocando-nos a lembrar e reconhecer figuras fundamentais para a história e para os movimentos negros. Destaca-se, especialmente, a presença das mulheres negras, fundamentais na sustentação e organização dos movimentos sociais, culturais e políticos. São elas que garantem a estrutura, a continuidade das lutas e a preservação da língua, da cultura e da memória coletiva.

Nesse sentido, o texto rememora mulheres históricas como Nzinga, Nanny e Dandara, reconhecendo suas lutas em contextos distintos, mas igualmente marcados pela resistência, assim como Zumbi dos Palmares representa essa luta no Brasil. Ressalta-se ainda a importância de Beatriz Nascimento, cuja atuação nos movimentos negros teve um alto custo

pessoal, evidenciando o preço pago por mulheres negras que se colocam ativamente na luta política e intelectual.

O capítulo também aborda a análise de Valle Silva, que demonstra que, no contexto brasileiro, ser preto ou pardo resulta em experiências sociais semelhantes de discriminação racial. Essa constatação reforça a tese do movimento negro ao agrupar pretos, pardos e mulatos sob a categoria política de negros, como forma de enfrentamento ao racismo estrutural.

Por fim, o texto problematiza o chamado "milagre brasileiro", apontando que, na realidade, não houve um milagre econômico, mas uma reconfiguração do capitalismo. Nesse processo, como historicamente ocorre, a população negra figurou entre as principais vítimas das desigualdades aprofundadas por esse modelo de desenvolvimento.

O discurso de Lélia Gonzalez articula memória, cultura e política para denunciar o racismo estrutural que marca a formação da sociedade brasileira, evidenciando como o colonialismo e o imperialismo produziram hierarquias raciais e de gênero que permanecem no capitalismo dependente. Ao homenagear Luiz Gama e Abdias do Nascimento por meio de figuras femininas negras como Luísa Mahin e Dona Georgina, a autora revela o apagamento histórico das mulheres negras, apesar de seu papel central nas lutas de resistência, na formação cultural e na africanização da língua e da cultura nacionais. Lélia desmonta o mito da democracia racial ao demonstrar, com base em pesquisas, que a população negra foi vítima, e não beneficiária, do chamado desenvolvimento brasileiro. Defende, assim, a unidade política entre negros e aliados brancos comprometidos com a justiça social, sem apagar as diferenças, recusando a lógica capitalista que transforma diferença em desigualdade. Para a autora, somente uma democracia efetivamente igualitária poderá resultar em uma verdadeira democracia racial.

Quando Lélia diz que o movimento negro precisa refletir sobre sua condição, ela está afirmando que a população negra ocupa o lugar mais intenso de exploração e opressão na sociedade brasileira. Isso não é apenas social ou cultural, mas econômico, político e histórico. Ela reconhece que existem brancos explorados, especialmente da classe trabalhadora, mas ressalta que o racismo faz com que a exploração sobre os negros seja mais profunda e violenta, acumulando desigualdades.

Aqui, Lélia dialoga com a teoria crítica marxista. O “desenvolvimento desigual e combinado” significa que o Brasil se desenvolveu de forma dependente, beneficiando elites, enquanto mantém grandes parcelas da população na pobreza. Esse modelo não é neutro: ele atinge diretamente a população negra, que historicamente foi empurrada para os piores trabalhos, para o desemprego e para a informalidade. Por isso, ela alerta para as forças externas (imperialistas) que reforçam essa dependência.

Ao afirmar que essas forças são imperialistas e colonialistas, e que o colonialismo é racista, Lélia está dizendo que o racismo não é um desvio, mas um instrumento central do sistema. O colonialismo construiu hierarquias raciais para justificar a exploração, e essas hierarquias continuam operando no capitalismo contemporâneo, especialmente nos países periféricos como o Brasil.

Lélia propõe a união entre negros e brancos comprometidos com a justiça social, mas faz um alerta importante: essa união não pode apagar as diferenças de raça e gênero. Mulheres e homens, negros e brancos vivem realidades distintas. O problema não é a diferença em si, mas o modo como o capitalismo transforma essas diferenças em desigualdades estruturais.

Por fim, Lélia conclui que a chamada “democracia racial” só será possível quando houver uma democracia efetiva, isto é, igualdade material, acesso a direitos, justiça social e fim da exploração. Sem isso, falar em democracia racial é apenas mito ideológico. Para ela, a luta antirracista está inseparavelmente ligada à luta contra o capitalismo dependente e à construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

História de vida e louvor (Uma homenagem a Zezé Motta)

Fala sobre uma atriz e aprofunda que não sabemos das historias pessoas dos negros que ascendem. pois diz que ela comecou a criar conciencia no colegial e mostrou que a vida de uma jovem mulher negra é muito dura, sçao muitas jornadas de uma unica vez. Isso nos conscientiza das dificuldades e desigualdades, mais uma vez apontamos a importância de mostrar esse lado da história para as crianças. e reforça a importancia de não esquecer para não reproduzir, como foi oque zeze motta fez em vida na organização de arquivos de atores negros.

Para as minorias, tudo como dantes…

Aqui fala sobre a mudança do capitalismo no Brasil e como isso afetou as minorias, é como sempre não mudou em nada, a minoria continua com salários e empregos medíocres principalmente as mulheres pretas, como mostrado em dados. A mulher branca entrou com tudo no mercado de trabalho e a mulher negra continuou com poucas oportunidades.

Também é apontada a indiferença de todos os governos em relação ao racismo, diminuindo o racismo em uma questão de classe. Indiferença por parte daqueles que reduzem a questão racial a uma questão de classe pura e simples, reforçando indiretamente o mito da democracia racial na cabeça dos mais ingênuos.

Tambem fala da escolha de onde tem negro ou não e a formação deles, faz a gente entender que não basta ter preto nos lugares, mas entender pq estão lá. "A cara de pau desses setores reacionários ficou bem caracterizada quando a Comissão da Lei Áurea, criada pelo Ministério da Justiça e presidida pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, incumbiu seu secretário de sair à cata de um negro que seja doutor em história para fazer parte de tão egrégio conselho…". Só que a gente não ficou sabendo se esses dez membros foram escolhidos porque são doutores em história. É bom refletir sobre os representantes das chamadas minorias, que minoria é essa se é a maior parte da população?

A cidadania e a questão étnica *

O mito das três raças em Lélia Gonzalez

O **mito das três raças** é uma narrativa ideológica construída para explicar a formação do Brasil como resultado da convivência "harmônica" entre **três grupos raciais**:

1. **O branco europeu**

2. **O negro africano**

3. **O indígena**

Segundo esse mito, o Brasil teria se constituído a partir da miscigenação dessas três "raças", o que teria produzido uma sociedade naturalmente tolerante, sem conflitos raciais profundos. Essa ideia sustenta o argumento de que o racismo no Brasil não existe ou seria irrelevante, pois todos seriam "misturados".

A crítica de Lélia Gonzalez ao mito

Lélia desmonta esse mito ao mostrar que ele **não é uma descrição da realidade**, mas um **dispositivo ideológico** que encobre relações de poder. Embora o discurso fale em mistura e harmonia, a estrutura social brasileira é **hierárquica**, colocando o **branco no topo**, o **indígena e o negro na base**, e criando gradações intermediárias por meio do chamado **contínuo de cor**.

Ou seja, não se trata de três raças em igualdade, mas de uma **ordem racial hierarquizada**, herdada do colonialismo português, em que o branco concentra poder político, econômico e simbólico.

Relação com cidadania e identidade

Para Lélia, o mito das três raças impede a construção da **cidadania negra**, porque:

- Naturaliza a desigualdade racial;
- Desresponsabiliza o Estado pelas desigualdades;
- Fragmenta a identidade negra, dificultando a mobilização política;
- Sustenta o mito da democracia racial.

Assim, o mito funciona como uma forma sofisticada de racismo: **nega o conflito racial ao mesmo tempo em que o reproduz**.

Formulação sintética (estilo monografia)

> O mito das três raças, ao afirmar a suposta harmonia entre brancos, negros e indígenas na formação do Brasil, opera como um mecanismo ideológico que

> oculta a hierarquização racial herdada do colonialismo. Ao invés de igualdade, esse mito sustenta uma estrutura em que o branco ocupa o topo das relações de poder, enquanto negros e indígenas permanecem historicamente marginalizados, dificultando a afirmação da identidade e da cidadania negra.

Este capítulo é de extrema relevância por abordar a questão racial a partir de elementos estruturais do Estado brasileiro, como o censo demográfico. A retirada e posterior reinserção da categoria "cor" no censo evidencia o incômodo histórico em reconhecer o racismo no Brasil. Nesse sentido, a autora utiliza o trocadilho "o censo não tem senso", recurso linguístico potente que denuncia a negação institucional da realidade racial brasileira. Esse uso do trocadilho também remete à crítica social presente em figuras como Estamira, que expõe, por meio da linguagem, as contradições e falsos consensos produzidos pela sociedade.

A autora discute ainda o mito das três raças, apontando como essa narrativa sustenta a falsa ideia de harmonia racial no Brasil. A partir disso, estabelece uma comparação entre os sistemas de racismo existentes nos Estados Unidos e no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos o racismo se manifesta de forma explícita por meio da segregação racial institucionalizada, no Brasil ele opera de maneira velada, hierárquica e profundamente estrutural. Essa diferença é frequentemente utilizada para sustentar o argumento de que não haveria racismo no Brasil, uma vez que negros e brancos compartilham os mesmos espaços sociais. No entanto, como evidencia a autora, essa convivência não elimina a desigualdade, mas a reorganiza em uma lógica de hierarquia racial, na qual o branco ocupa posições de poder e o negro é sistematicamente colocado em condições de inferioridade, especialmente no acesso ao trabalho, à educação e aos direitos sociais.

Nesse contexto, destaca-se a crítica à ideia de que "no Brasil não existe racismo", expressa ironicamente na frase atribuída a Millôr Fernandes: "no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar". A autora também problematiza a forma como as cores são atribuídas socialmente, revelando a multiplicidade de classificações cromáticas utilizadas para evitar a identificação negra, ainda que, em última instância, todos compartilhem uma mesma origem racial.

Outro ponto central do capítulo é a articulação entre cidadania negra e identidade. Para Lélia Gonzalez, essas dimensões são indissociáveis, uma vez que o reconhecimento da identidade

negra é condição fundamental para a construção de uma cidadania plena. Nesse sentido, a autora dialoga com Simone de Beauvoir ao adaptar a célebre afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher” para a experiência racial: não se nasce negro, torna-se negro. Tornar-se negro, portanto, é um processo de conquista identitária, especialmente diante de uma sociedade marcada pelo ideal de branqueamento.

Esse processo é particularmente intenso entre a pequena parcela da população negra que consegue acessar a universidade. Ao invés de representar apenas ascensão social, esse espaço pode produzir um processo de apagamento identitário, no qual o indivíduo negro passa por um embranquecimento simbólico, muitas vezes inconsciente. Assim, a trajetória educacional, quando não acompanhada de consciência racial, pode resultar na negação da própria identidade negra.

Outra questão central abordada no capítulo diz respeito ao **disfarce cultural e racial**. A autora aponta que, historicamente, alguns povos indígenas conseguiram, em determinados contextos, “disfarçar-se” racialmente — por exemplo, sendo confundidos com japoneses, em razão de traços físicos como o formato dos olhos. Em contraste, Lélia enfatiza que o negro não dispõe dessa possibilidade: ainda que recorra a estratégias simbólicas, como o uso de perucas ou a adoção de padrões estéticos embranquecidos, a cor da pele permanece visível e irredutível. Trata-se de um marcador racial que não se apaga, o que evidencia a especificidade e a brutalidade do racismo antinegro no Brasil.

O capítulo também destaca a **fragilidade histórica da organização política da população negra**, explicada não como incapacidade intrínseca, mas como resultado direto da estrutura ideológica e material da sociedade brasileira. Após a chamada abolição da escravatura, em 1888, a população negra foi abruptamente retirada do centro da produção econômica e lançada às margens da sociedade, inaugurando o que a autora denomina como um novo calvário do negro brasileiro. A exclusão do trabalho formal, da terra, da educação e dos direitos sociais inviabilizou, por décadas, formas consistentes de mobilização e organização coletiva.

Outro eixo fundamental do capítulo é a análise da **relação entre discurso político e comportamento eleitoral**. Lélia Gonzalez evidencia como o discurso exerce papel determinante na formação do voto, especialmente da população negra. Nesse sentido, destaca a figura de Leonel Brizola, cuja fala abordava o racismo de forma direta, sem subterfúgios, o

que resultou em forte adesão do eleitorado negro. Em contraste, outros partidos e lideranças optaram por discursos jurídicos, abstratos ou silenciosos em relação à questão racial, esvaziando o debate e invisibilizando o racismo como problema estrutural.

Essa escolha discursiva não é neutra. A autora demonstra como determinados grupos políticos instrumentalizam a pauta racial apenas para fins eleitorais, sem compromisso real com a transformação social. O caso do Partido dos Trabalhadores (PT) é citado como exemplo de uma opção política pelo silêncio racial, o que acabou contribuindo para o apagamento do racismo e para a marginalização das mulheres negras dentro do próprio projeto político. Assim, o discurso torna-se uma estratégia de poder, escolhida de acordo com os interesses eleitorais e não com as demandas reais da população negra.

Nesse contexto, Lélia afirma a impossibilidade de neutralidade política. Para ela, o movimento negro não pode se alinhar à direita, uma vez que essa nega a existência do racismo. A luta antirracista, portanto, aproxima-se historicamente da esquerda, ainda que esta também apresente limites e contradições. A autora problematiza a ideia de "centro político", afirmando que, na prática, ele oscila conforme as circunstâncias, mas nunca é isento. O resultado recorrente, em diferentes governos, é a diminuição ou o esvaziamento da questão racial como prioridade política.

A partir dessa análise, Lélia questiona o próprio conceito de **redemocratização**, argumentando que não se pode falar em retorno à democracia quando esta nunca existiu plenamente para a população negra. Mesmo em períodos considerados democráticos, como determinados momentos do governo João Goulart, a democracia nunca foi efetivamente racializada nem justa.

A autora reforça ainda que as questões do negro, do indígena e da mulher **não são pautas identitárias isoladas**, mas problemas estruturais da sociedade brasileira como um todo. Paradoxalmente, enquanto essas populações são marginalizadas politicamente, sua cultura é amplamente apropriada e mercantilizada, especialmente no campo da produção cultural e das religiões afro-brasileiras, gerando lucro sem reconhecimento ou redistribuição de poder.

No campo religioso, Lélia aponta as poucas instituições que historicamente ofereceram algum apoio ao movimento negro, como a Igreja Metodista, além das religiões de matriz africana, como a umbanda. Em contrapartida, critica a postura da Igreja Católica, que, segundo a autora, não assume compromisso efetivo com a luta antirracista. Nesse sentido, relata a

experiência de uma mulher negra, pastora metodista e universitária, que não suportou a pressão de se manter consciente racialmente em todos esses espaços. O episódio revela o peso psicológico, social e simbólico de sustentar uma identidade negra politizada em uma sociedade racista, evidenciando que nem todos conseguem suportar esse processo de conscientização.

Por fim, o capítulo traz uma reflexão profunda sobre a **separação entre corpo e espírito**. A autora questiona a construção ideológica que hierarquiza o espírito como superior ao corpo, esvaziando a importância da corporeidade e, consequentemente, da identidade racial. Ao dissociar espírito e corpo, cria-se uma lógica em que o corpo — especialmente o corpo negro — é reduzido a uma carcaça, inferiorizada e passível de exclusão. Lélia provoca ao perguntar se essa separação foi ou não proposital, uma vez que ela sustenta hierarquias raciais, sociais e simbólicas, determinando quem é aceito ou rejeitado a partir da materialidade do corpo.

Conceitos fortes que você já mobilizou (mesmo sem nomear)

Você trabalhou muito bem com:

- Racismo estrutural e institucional
- Mito da democracia racial
- Hierarquia racial brasileira
- Branqueamento
- Construção social da identidade negra
- Cidadania negra
- Racismo velado x racismo explícito
- Epistemologia crítica da linguagem (uso do trocadilho)

Odara Dudu: Beleza negra *

O capítulo inicia discutindo um dos mecanismos mais eficazes de **desumanização e desvalorização simbólica** utilizados historicamente pela classe dominante branca: a associação direta do termo "negro" a tudo aquilo que é considerado negativo, indesejável ou moralmente condenável. O negro passa a ser identificado como mau, feio, sujo, sinistro, maldito, entre outras qualificações pejorativas. Essa lógica se cristaliza inclusive na linguagem cotidiana, por meio de expressões como "denegrir", que carregam a ideia de manchar, corromper ou tornar algo moralmente inferior.

Ao longo do capítulo, a autora demonstra como esse processo discursivo foi responsável por retirar da população negra referências positivas de si mesma, produzindo um imaginário no qual o negro é construído como o oposto do ideal humano hegemônico. As características físicas negras são sistematicamente ridicularizadas e inferiorizadas por meio de termos pejorativos, como "cabelo ruim", "nariz chato", "dentes em vez de lábios", ou a classificação das feições negras como "grossas" ou "grotescas". Em contraste, o corpo branco é naturalizado como modelo universal de beleza, humanidade e civilização.

Esse processo simbólico produz efeitos profundos na subjetividade da população negra, especialmente entre aqueles e aquelas que acabam internalizando essas representações e passam a acreditar que ser negro é, de fato, ser feio, inferior, menos humano — frequentemente comparado ao animal, sobretudo ao macaco, em oposição ao homem branco, tomado como medida da humanidade. A autora evidencia como esse mecanismo de internalização do racismo dificulta o rompimento com essas imagens impostas.

Nesse sentido, o capítulo também problematiza a apropriação e o embranquecimento de figuras históricas negras, como no caso de Cleópatra, cuja imagem é recorrentemente representada como branca, especialmente nos Estados Unidos. Essa estratégia simbólica retira da população negra referências históricas de poder, beleza e inteligência, reforçando a ideia de que a grandeza está necessariamente associada à branquitude.

Apesar disso, Lélia Gonzalez destaca os movimentos de **reexistência e ressignificação da identidade negra**. Nos Estados Unidos, o movimento negro dos anos 1960 proclamou o lema

“Black is beautiful”, afirmando a beleza negra como ato político e instrumento de enfrentamento ao racismo simbólico. No Brasil, esse processo ganha força com a emergência dos blocos afro, especialmente o Ilê Aiyê, em Salvador, que passa a valorizar a estética, a cultura e a história afro-brasileira, ressignificando estereótipos e transformando-os em símbolos de orgulho e pertencimento.

A autora também chama atenção para as múltiplas formas de resistência negra, destacando que não há um único modo de enfrentamento. Eventos como a Noite da Beleza Negra, promovida pelo Ilê Aiyê, cumprem papel fundamental na valorização da mulher negra, historicamente colocada no ponto mais baixo da hierarquia racial e estética. Lélia ressalta ainda o trabalho silencioso e sacrificado de mulheres negras que, durante os anos 1970, em pleno período da ditadura militar, percorriam casas oferecendo cuidados com o cabelo afro, contribuindo para a construção da autoestima e da identidade racial de outras mulheres negras.

Embora muitas dessas iniciativas estivessem inicialmente mais ligadas à valorização estética do que a uma consciência política explícita sobre a opressão estrutural, a autora reconhece que cada uma dessas práticas representa uma forma legítima de resistência. Cada sujeito negro reveste-se de estratégias próprias para sobreviver, resistir e reconstruir sua identidade em um contexto marcado pela exploração e pelo racismo.

Discurso na Constituinte *

Quando Lélia Gonzalez fala que o Brasil é apresentado como um **“país escandinavo”**, ela está usando a expressão de forma **crítica e irônica**, não literal.

Nesse contexto, **“país escandinavo”** significa um país **branco, europeu, homogêneo, rico, civilizado, moderno e sem conflitos raciais**, como costuma ser o imaginário associado a países do Norte da Europa (Suécia, Noruega, Dinamarca).

O que Lélia quer dizer é o seguinte:

Ela denuncia que os **meios de comunicação**, a **publicidade**, a **televisão** e o **discurso oficial** constroem uma imagem do Brasil como se fosse um país majoritariamente **branco e europeu**, apagando a presença negra, indígena e popular. Para os estrangeiros que chegam ao

Brasil, essa imagem causa espanto, porque o que aparece na mídia não corresponde à realidade social que eles encontram nas ruas.

Esse capítulo traz muitas questões fundamentais, especialmente o debate sobre a presença (ou ausência) da questão racial na lei, na legislação e na Constituição. Um ponto central diz respeito à necessidade de **não deixar brechas na legislação**, pois é justamente nessas brechas que opera o formalismo jurídico, historicamente utilizado para excluir e silenciar determinados grupos sociais. Quando a lei não explicita, ela abre espaço para interpretações que mantêm privilégios e desigualdades. Por isso, o capítulo evidencia a importância de uma legislação clara, que nomeie o racismo e as desigualdades raciais de forma direta, sem ambiguidades.

Outro aspecto relevante é a distinção fundamental entre **ser imigrante e ser escravizado**. Essa diferença não é apenas histórica, mas política e social. Enquanto o imigrante, ainda que enfrente dificuldades, é reconhecido como sujeito de direitos, o escravizado foi historicamente desumanizado, privado de sua condição de sujeito e de sua possibilidade de fala. Essa comparação ajuda a compreender por que as desigualdades raciais no Brasil não podem ser analisadas de forma genérica ou descolada do passado escravocrata.

A partir desse ponto, o capítulo permite perceber um movimento importante: aqueles que, por muito tempo, foram impedidos de falar por si — negros, indígenas, mulheres negras e outros grupos historicamente marginalizados — passam a reivindicar e construir o lugar de **sujeitos da própria fala**. Esse deslocamento é político e simbólico, pois rompe com uma lógica em que esses grupos eram apenas objetos de estudo, tutela ou controle do Estado.

Assim, o que se destaca como essencial nesse capítulo é a compreensão de que a luta por direitos não se limita à inclusão abstrata na lei, mas exige o reconhecimento das diferenças históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira. A Constituição e a legislação, quando não enfrentam diretamente essas desigualdades, acabam por reproduzir silêncios e exclusões. O capítulo, portanto, nos convida a refletir sobre a urgência de uma legislação antirracista que reconheça essas vozes e essas histórias como parte constitutiva do projeto democrático.

Outro ponto de grande relevância neste capítulo é a forma como a autora mobiliza a **história como ferramenta de compreensão das relações raciais**. Ela nos provoca a entender que conhecer outras culturas e outros contextos históricos é fundamental para perceber o que

estava em jogo e a dimensão dos processos de apagamento e dominação racial. Nesse sentido, a análise não se restringe ao Brasil, mas se amplia para outros países da América Latina, como a Argentina.

Ao abordar a história argentina, a autora questiona diretamente: **onde estão os negros na Argentina?** Como se deu o processo de dominação branca naquele país? O que aconteceu com a população negra? Essas perguntas evidenciam um projeto histórico de embranquecimento e apagamento, que tentou apagar a presença negra do imaginário nacional. No entanto, ela mostra que esse apagamento não é total, pois a cultura negra permanece inscrita em elementos culturais que não podem ser escondidos, como alguns **passos do tango**, que revelam influências africanas frequentemente silenciadas.

Ao longo de todo o capítulo — e, de forma recorrente em sua obra — a autora enfatiza a **importância de conhecer a história não apenas do Brasil, mas também de outros países**, especialmente da América Latina. Esse movimento permite compreender que o racismo não é um fenômeno isolado ou nacional, mas estrutural e articulado em diferentes contextos coloniais.

Ela também traz a análise do período de Getúlio Vargas, destacando a **Lei de 2 de novembro**, vinculada à legislação trabalhista, que estabelecia que dois terços dos trabalhadores deveriam ser brasileiros. Essa medida precisa ser compreendida no contexto histórico entre **1880 e 1930**, período marcado por políticas estatais voltadas para desestabilizar a predominância numérica e social da população negra no país, ao mesmo tempo em que incentivavam a imigração europeia como estratégia de embranquecimento da nação.

Outro elemento fundamental do capítulo é a reflexão sobre o **conceito de cultura**. A autora nos chama a entender cultura não como algo neutro ou folclórico, mas como um campo de disputas, onde se definem lugares sociais, pertencimentos e hierarquias. Compreender o que é cultura em nosso meio permite perceber **quem ocupa quais lugares** e por quais razões.

Essa reflexão leva a uma questão central: **por que a maioria dos sujeitos que constroem a Constituição é branca e não negra?** A ausência de uma representação negra efetiva revela que não houve, historicamente, uma harmonização real entre brancos e negros no interior das estruturas de poder. Assim, a Constituição, ao invés de expressar a diversidade da população brasileira, acaba refletindo as desigualdades raciais que estruturam a sociedade.

A partir da não harmonização racial presente na Constituição, torna-se evidente que a lei **não é igual para todos**. A ideia de que somos iguais perante a lei se mostra, na prática, uma ficção jurídica, pois as estruturas legais e institucionais foram historicamente construídas sem a participação efetiva da população negra. Dessa forma, a legislação tende a reproduzir desigualdades ao invés de combatê-las.

Nesse contexto, o capítulo evidencia a atuação estratégica do **movimento negro**, que não se limita a intervir em apenas um espaço institucional. Suas propostas não se dirigem exclusivamente a uma comissão específica, como a Comissão da Ordem Social, mas alcançam também áreas fundamentais como a **Educação e a Cultura**, compreendendo que a transformação social exige uma atuação ampla e articulada. O movimento negro, portanto, não pensa de forma fragmentada, mas atua em múltiplos campos do Estado e da sociedade.

Outro ponto central destacado é a necessidade de **organização, mobilização e vigilância constante**. Lélia Gonzalez enfatiza que a comunidade negra precisa se organizar a partir de suas próprias características históricas, culturais e sociais, construindo estratégias próprias de transformação. Essa transformação, no entanto, não se restringe à população negra: ela envolve também a sensibilização e a mobilização dos setores progressistas não negros da sociedade brasileira. O projeto apresentado não é de separação, mas de **construção coletiva de uma nova sociedade**, baseada em uma convivência real e não apenas discursiva entre negros e brancos.

A autora também chama atenção para um problema estrutural profundo: o **desconhecimento da própria história**. Um povo que desconhece sua formação histórica torna-se incapaz de projetar um futuro para si. A ausência desse conhecimento produz alienação e impede a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Por isso, Lélia insiste na importância da consciência histórica como condição para a transformação social e para a efetivação de uma igualdade real perante a lei.

Nesse sentido, o capítulo apresenta **alternativas de resistência**, apontando caminhos para uma democratização efetiva da sociedade brasileira. Lélia denuncia uma epistemologia construída ao longo do século XX que teve como objetivo retirar de cena a contribuição negra para a humanidade e para a civilização. Culturas negras fundamentais — presentes entre sumerianos, fenícios, na Índia e até nas Américas antes de Colombo — são

sistematicamente ocultadas. A própria ideia de “descobrimento” do Brasil funciona como um mecanismo de encobrimento de outras histórias, saberes e presenças.

Outro mecanismo central desse apagamento é o **branqueamento simbólico**, especialmente nos meios de comunicação. A televisão, ao invisibilizar ou inferiorizar a população negra, contribui para a interiorização de uma ideologia racista baseada na repetição constante. Anos de exposição a essas imagens produzem subjetividades marcadas pela desvalorização de si, articulando a ideologia do branqueamento com o mito da democracia racial. A ausência do ensino da verdadeira história negra desde a infância impede a formação de uma consciência crítica sobre essas estruturas.

Ao falar de projetos para uma sociedade justa, Lélia destaca experiências como a **umbanda**, que acolhe diferentes tradições religiosas e culturais, como católicos, espíritas, budistas, entre outros. Esse exemplo simboliza um projeto democrático baseado na igualdade, no acolhimento e no respeito à diversidade, em oposição a um modelo excludente de nação.

Outro elemento ideológico fortemente criticado é o **paternalismo**, muito presente nas relações sociais brasileiras, que dificulta a autonomia e a emancipação dos grupos historicamente marginalizados. Essa lógica também se manifesta na educação e no mercado de trabalho, quando se afirma que o negro é intelectualmente incapaz. Trata-se de uma discriminação racial pedagógica e profissional, sustentada por teorias e práticas que inferiorizam o negro e negam sua capacidade intelectual, afetiva e cultural.

A autora também destaca a **segregação racial espacial**, evidenciada pelas regiões do país e pelos lugares sociais ocupados majoritariamente pela população negra. Além disso, há um esforço constante de construção de uma imagem idealizada do Brasil como uma nação harmônica e perfeita. Lélia, porém, afirma que não fala de uma “nação brasileira”, pois essa ideia está associada a um Brasil branco, masculino e elitista. Ela fala, sim, da necessidade de construir uma **sociedade justa**.

A própria **língua** revela essas desigualdades. A forma como falamos, escrevemos e nomeamos as pessoas expressa hierarquias raciais e sociais. A linguagem pode tanto revelar quanto esconder violências. Da mesma forma, a cultura é definida a partir de uma lógica eurocêntrica: a produção cultural ocidental é reconhecida como “cultura”, enquanto as produções indígenas, africanas e afro-brasileiras são relegadas ao campo do folclore.

Esse desconhecimento histórico não é casual, mas **proposital**. O profundo conhecimento da história europeia contrasta com o desconhecimento da história africana e da América pré-colombiana, o que revela uma escolha política e ideológica voltada à afirmação da suposta superioridade do homem branco ocidental.

Por fim, Lélia afirma que falar da sociedade brasileira é falar, necessariamente, da contribuição negra, mas também de um silêncio imposto por mecanismos que tentam construir o Brasil como uma sociedade branca, continental e masculina. A cultura, a classe e a raça dominantes impõem uma visão alienada da própria sociedade. Esse projeto se expressa, inclusive, na política migratória brasileira, que rejeitou imigrantes não brancos e privilegiou imigrantes europeus, com o objetivo explícito de **branqueamento**, seguindo o modelo argentino.

O terror nosso de cada dia

Nesse capítulo, ela traz a história do pai, que foi casado com uma eminência e também trabalhava para essa mesma eminência. A narrativa apresenta uma trajetória marcada por uma tragédia: essa mulher teve quatro filhos e, em determinado momento, seu marido foi assassinado por ter tirado uma foto com uma pessoa considerada “não adequada”.

Esse episódio nos remete diretamente a uma lógica de negligência e violência estrutural. Mesmo que depois se diga que “não foi culpa de ninguém” ou que “não houve intenção”, os corpos que continuam sendo atingidos são sempre os mesmos: os negros, inclusive crianças. Por isso, é muito importante ressaltar como essas histórias revelam que a negligência não é neutra, ela tem cor, classe e alvo definido.

As amefricanas do Brasil e sua militância

Nesse capítulo, Lélia retoma o conceito de *amefricanos* e *amefricanas*, retomando explicações que já haviam sido trabalhadas em outros textos seus. “EM OUTRO TEXTO NOSSO, introduzimos a categoria de amefricanidade e caracterizamos o termo amefricanas/amefricanos como nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu

“descobrimento” por Colombo.”(p.265). A partir disso, ela passa a falar sobre mulheres que tiveram atuação fundamental, como Maria de Lourdes do Vale Nascimento e Elza de Souza. Nos anos de 1950, Maria de Lourdes foi a primeira responsável pela coluna **“Fala Mulher”**, no jornal *Quilombo*.

Ao trazer essas histórias, Lélia evidencia a presença de mulheres que estavam criando movimentos, atuando no movimento negro e construindo organizações políticas e sociais. Falar dessas mulheres é extremamente importante, porque muitas delas não são amplamente conhecidas, mas exercem papéis fundamentais e deixam marcas profundas na sociedade.E, nesse longo processo histórico que marca a presença negro no Novo Mundo, as mulheres, ontem como hoje, têm um papel de fundamental importância.

Essas trajetórias influenciam diretamente a vida das mulheres e da população negra como um todo. Relembrá-las é uma forma de romper com o apagamento histórico e de evitar que os ciclos de desconhecimento da própria história continuem se repetindo.

A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*

- **Sentido geral do parágrafo**

Antes de entrar nos itens, é importante entender a ideia central:
Lélia Gonzalez afirma que, **mesmo sendo problemático**, o surgimento desse **feminismo sexista dentro do movimento de mulheres negras** tem um efeito revelador. Ele **escancara práticas, ideias e posturas que a luta política das mulheres negras não pode aceitar**. Ou seja, o problema não é só teórico; é **ético, político e histórico**.

Agora, vamos aos pontos.

---

a) Internalização da ideologia do embranquecimento

Aqui, Lélia critica o fato de algumas mulheres negras **absorverem valores da branquitude** como se fossem universais e superiores. A ideologia do embranquecimento:

- valoriza padrões brancos de pensamento, estética e política;

- faz com que mulheres negras tentem se aproximar desses padrões para serem aceitas.

Isso gera **oportunismo político** e **manipulações**, semelhantes às práticas das oligarquias brasileiras, que historicamente exerceram um **paternalismo eurocêntrico**: concedem espaços limitados, controlam a participação e mantêm o poder centralizado.

b) Reprodução do mito da democracia racial

Ao ignorar raça como eixo estruturante da opressão, esse feminismo:

- reforça a ideia de que no Brasil todos são iguais;
- nega o racismo estrutural;
- apaga as desigualdades reais vividas pela população negra.

Para Lélia, isso é extremamente grave, pois o **mito da democracia racial** funciona como um mecanismo de silenciamento político, impedindo a denúncia do racismo.

c) Aceitação do chavão machista: "política é coisa de homem"

Mesmo se dizendo feminista, essa postura acaba:

- afastando mulheres da política institucional;
- desvalorizando o debate político;
- tratando política como algo "sujo" ou secundário.

Lélia denuncia a contradição: **reproduz-se o machismo dentro de um movimento que deveria combatê-lo**, enfraquecendo a organização coletiva das mulheres negras.

d) Identificação com um feminismo ocidental-branco

Aqui está uma das críticas mais fortes. Lélia aponta que esse feminismo:

- nasce da experiência de mulheres brancas europeias e norte-americanas;
- não considera colonialismo, escravidão e racismo;
- impõe suas categorias como universais.

Por isso, ela o chama de **imperialismo cultural**: uma forma de dominação simbólica que ignora saberes e experiências das mulheres negras e amefricanas.

e) Pseudoconhecimento das lutas da mulher negra

Lélia afirma que esse feminismo **acha que conhece** a realidade das mulheres negras, mas na verdade:

- utiliza categorias teóricas rígidas e importadas;
- aprisiona a experiência negra em conceitos que não a explicam;
- revela um profundo desconhecimento histórico e social dessas lutas.

Ou seja, trata-se de um saber que **fala sobre**, mas não **fala com** as mulheres negras.

f) Falta de identidade própria

Como consequência de tudo isso, surge:

- um movimento sem base histórica própria;
- sem vínculo com a ancestralidade africana;
- sem projeto político autônomo.

Essa falta de identidade fragiliza a luta e facilita a reprodução das opressões que se pretende combater.

Nesse trecho, Lélia Gonzalez demonstra que o surgimento de um feminismo sexista no interior do movimento de mulheres negras, embora problemático, revela os limites políticos de perspectivas que reproduzem o embranquecimento, o mito da democracia racial e o eurocentrismo. Ao desconsiderar raça e classe, esse feminismo reforça práticas autoritárias, esvazia o debate político e produz um falso conhecimento sobre as lutas das mulheres negras, resultando na ausência de uma identidade política própria e comprometida com a realidade amefricana. Esta questão é de caráter ético e político E HISTORICO. IMPORTANTE DESTACAR QUAL ÉTICA A LELIA TA FALANDO

Lélia Gonzalez afirma que a emergência de um **feminismo sexista no interior do movimento de mulheres negras**, embora problemática, cumpre um papel revelador ao **evidenciar posturas ideológicas incompatíveis com as exigências reais da luta política das mulheres negras**. Esse feminismo passa a operar a partir da **internalização da ideologia do embranquecimento**, reproduzindo valores eurocêntricos e práticas oportunistas semelhantes ao **paternalismo histórico das oligarquias brasileiras**, o que compromete a autonomia política do movimento.

Além disso, ao **desconsiderar a centralidade da raça**, essa perspectiva contribui para a **reprodução do mito da democracia racial**, mecanismo que silencia o racismo estrutural e impede o enfrentamento das desigualdades históricas vividas pela população negra. Outro aspecto denunciado por Lélia é a **aceitação de discursos machistas**, como a ideia de que a política seria um espaço masculino, o que contradiz os próprios princípios emancipatórios do feminismo e enfraquece a participação política das mulheres negras.

A autora também critica a **identificação acrítica com um feminismo ocidental e branco**, denunciado por seu **imperialismo cultural**, uma vez que impõe categorias teóricas universalizantes que não dão conta da realidade das mulheres negras amefricanas. Esse processo gera um **pseudoconhecimento das lutas das mulheres negras**, pois utiliza conceitos aprisionantes que revelam, na prática, um profundo desconhecimento histórico, social e cultural dessas experiências. Como consequência, instala-se uma **falta de identidade política própria**, desvinculada da ancestralidade africana e incapaz de sustentar um projeto coletivo de transformação social.

“costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas se tornar negra é uma conquista” (P.269)

Uma viagem à Martinica I *

Neste capítulo, Lélia relata uma viagem que fez à Martinica, um país que também passou pelo processo de colonização. A partir disso, ela chama atenção para a mudança dos nomes, algo que aparece com muita força. O nome original da ilha, **Madinique**, dado pelos indígenas caribes-aruaques que habitavam o território de forma primordial, significa *Ilha das Flores*.

Assim como ocorreu em todo o Caribe, a população indígena da Martinica foi praticamente extinta e substituída pela mão de obra africana escravizada, trazida para trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar. Isso explica o fato de a população da Martinica ser majoritariamente negra — mais de 90% — assim como em outras regiões do Caribe. Lélia vai sempre retomando essa dimensão histórica, mostrando como a composição populacional foi sendo transformada ao longo do tempo, comparando o que era antes e o que é agora. Falar disso é fundamental para que essa história não seja esquecida.

Outro ponto importante que ela traz nesse capítulo é a ideia dos "fantasmas" que assombram e ameaçam, introduzindo também uma dimensão de espiritualidade para nos fazer refletir. Esses fantasmas, segundo ela, não são simbólicos apenas, mas bastante concretos. De um lado, existe a dependência em relação aos *békés*, grupo branco que detém o controle do setor clássico da economia local. De outro, o crescimento populacional resulta em um alto índice de desemprego, que chega a cerca de 30%. Com isso, muitos jovens são obrigados a migrar para a França em busca de trabalho, o que acaba gerando outros problemas sociais, como o aumento do uso de drogas e dos assaltos no cotidiano de cidades como Fort-de-France.

Lélia também aborda a questão da exploração turística. Mesmo havendo resistência por parte da população local, essa exploração continua acontecendo e acaba alterando profundamente a dinâmica social e cultural do lugar. Ainda assim, ela faz questão de destacar que existem pessoas e movimentos organizados em diferentes territórios que atuam na resistência e no enfrentamento dessas violências.

Nesse contexto, Lélia cita Aimé Césaire, que em uma conferência internacional sobre negritude, etnicidade e afroculturas das Américas afirma que **negritude é identidade, solidariedade e fidelidade**. Ao mesmo tempo, dialoga com Frantz Fanon, ao destacar sua análise sobre os mecanismos psicológicos que levam o colonizado a se identificar com o

colonizador. Trata-se de um processo contínuo de moldagem da identidade do outro, para que ele se adeque ao modelo europeu e eurocêntrico.

Por fim, ela também chama atenção para outras culturas e religiões que permanecem silenciadas ou consideradas menores, mas que continuam existindo e resistindo, como a *Kenbwa*, reafirmando a força das práticas culturais afro-diaspóricas mesmo diante do apagamento.

Uma viagem à Martinica II

Nesse capítulo, Lélia, a partir de sua viagem, destaca as semelhanças perceptíveis nas manifestações culturais do povo martinicano. Além dos grupos carnavalescos, ela apresenta a **ladja** (ou *ladigia*), uma prática que mistura luta e jogo e que se assemelha muito à capoeira. Essas aproximações evidenciam como muitas expressões culturais atravessam os nossos ancestrais e permanecem vivas em diferentes territórios da diáspora africana.

Ao longo da conferência, Lélia também descreve todo o processo de mistura religiosa presente naquele espaço. Havia uma diversidade de práticas que buscavam comunicar honra e respeito aos espíritos, entendidos como mediadores entre o sagrado e o profano. Estavam presentes elementos da Umbanda, do cristianismo e de outras tradições, revelando uma convivência entre crenças que aponta para uma elevação espiritual coletiva. Esse aspecto chama atenção quando comparamos com a realidade brasileira atual, marcada muitas vezes por disputas religiosas em que uma crença se coloca como verdade absoluta, negando ou deslegitimando a do outro.

Essas práticas também se aproximavam da ideia de *ritual coletivo*, funcionando como um reduto de celebração que envolvia dança, força e pertencimento. Trata-se de um espaço onde se vê, se vive e se reconhece tudo aquilo que se afirma culturalmente, reforçando identidades e laços comunitários.

Outro ponto importante abordado por Lélia é a questão da comunicação. A participação brasileira na conferência foi bastante prejudicada pelo fato de as comunicações terem sido apresentadas em português. As condições de tradução não foram suficientes e o não entendimento das discussões acabou gerando distorções. Soma-se a isso a reprodução inconsciente do conhecido racismo brasileiro diante do *crioulo* falando francês, algo que foi

excessivo para alguns, mas extremamente revelador para quem observava atentamente essas reações.

Ainda nesse contexto, a comunicação brasileira sobre o papel da mulher na comunidade e na construção da africanidade tocou no "calcanhar de Aquiles" dos martinicanos, pois colocava em jogo a identidade a partir de uma nova categoria. Essa abordagem provocou tensionamentos justamente por questionar estruturas já estabelecidas.

Por fim, além dos problemas de comunicação entre os países, Lélia destaca o comportamento das diferentes tradições religiosas presentes. Foi ressaltado que os membros do Candomblé e do Ilê foram aqueles que demonstraram maior disciplina e solidariedade, muito em função da atuação de seus líderes. A eles, portanto, dedica-se este trabalho, reconhecendo a importância dessas lideranças na organização coletiva, na espiritualidade e na resistência cultural.

TERCEIRA PARTE - DIÁLOGOS

Duas mulheres comprometidas em mudar o mundo

A matéria traz Musindo Mwinyipembe que em sua vida viu a necessidade de gravar um filme sobre a África vista por um olhar africano. Pensando que em qualquer filme as pessoas seriam vistas como termos e dizendo só as partes que empobrecem o povo africano ponto final é reforçado que existe esse lado da história mas não é o único a ser contado. Ainda pontua que "Se não entendermos os erros de nossos pais eles serão cometidos por nossos filhos e nas gerações futuras." (p.284). Também é relatado como o político conservador da época discursava de forma negativa sobre os negros, que não mostrava as contribuições dos negros. Ela passou por uma situação de que o seu filme foi modificado para que passasse a visão distorcida sobre o povo africano. E foi percebido como a supressão sistêmica da perspectiva Negra Mundial. "E nesse momento está entrando com um processo contra a WGBH-TV em Boston, a emissora pública que produziu o filme nos Estados Unidos. Os produtores editaram o filme de tal maneira que seu impacto é alterado. Cenas foram trocadas, por exemplo, de uma forma que reforça estereótipos racistas ao invés de retificá-los." (p.285).

E a matéria também traz um pouco sobre a Lélia González. Destaca como as situações vividas fizeram Lélia chegar onde chegou. A partir do seu irmão que a incentivou muito trazendo presentes do mundo inteiro despertando sua curiosidade. A oportunidade de estudar a partir de uma ação da mãe de amamentar um filho que não era dela. Que fez a lélia ter consciência de si e perceber que essa consciência disse não era o suficiente que ela precisava passar para os outros e aí ela se tornou professora de universidade ponto final e nesse processo ela viu que também lecionar também não era o suficiente foi nesse momento que ela entrou no movimento negro.

Também é considerado de importante destaque as falas das duas mulheres no processo de se reconhecer e reconhecer o outro. Mwinyipembe fala como "[...] nunca havia visto homens brancos trabalhando como operários antes, e achava que todas as pessoas inglesas tinham cabelos loiros e olhos azuis." (p.282), no qual podemos ressaltar o perigo de uma história única, e como "[...] as pessoas tinham facilidade para conversar comigo, e que eu estava interessada no que elas tinham a dizer. No caso dos brancos, em particular, eles achavam fácil se comunicar por eu ter uma postura não ameaçadora. Eu era pequena, aleijada e preta." (p.283) que podemos perceber como o colonialismo é refletido no ano da entrevista que foi em 1979 e nos dias de hoje, também, pois é um senso comum conversar com quem parece mais fraco do que com quem aparenta ser mais forte, quem não dá medo. Por fim, também é pontuado como " 'Hoje as mulheres representam algo, são algo, elas são um futuro sobre o qual os homens precisam aprender um bocado'." (p.281) e também como contemplar a vida das duas entrevistadas e "suas experiências é compreender a confluência de sua cultura, sua determinação, sua dor — mas, acima de tudo, de seu compromisso de não deixar o mundo da mesma forma que o encontraram." (p.285).

Entrevista a Patrulhas ideológicas *

O texto evidencia que a trajetória intelectual e política de Lélia Gonzalez está profundamente vinculada à sua experiência como **mulher negra em uma sociedade estruturada pelo racismo**. A autora demonstra como o **embranquecimento simbólico** e o **mito da democracia racial** atuam na negação da identidade negra, inclusive entre pessoas negras escolarizadas. Lélia critica duramente a esquerda brasileira por **reduzir o racismo à questão**

de classe, ignorando sua dimensão histórica, cultural e institucional. Ao afirmar que o Brasil vive um **apartheid social não oficial**, ela denuncia a violência cotidiana sofrida pela população negra e a exclusão política sistemática. Além disso, valoriza a **cultura negra como espaço de resistência**, destacando o papel central da mulher negra na formação da língua, da cultura e da identidade nacional, especialmente por meio do conceito de **pretuguês**. Por fim, a autora aponta a necessidade de uma perspectiva **amefricana**, capaz de articular ancestralidade africana, experiência diaspórica e luta política no contexto latino-americano.

Nesse capítulo, o texto apresenta a vivência e a trajetória de Lélia Gonzalez, trazendo um pouco de quem ela é, sua história de vida e sua formação. A partir disso, o capítulo se estrutura em formato de perguntas e respostas, permitindo que Lélia desenvolva suas reflexões de maneira direta e comprometida com a realidade social.

Um dos pontos que mais se destaca é quando Lélia afirma que não podemos nos distanciar do povo, pois esse afastamento nos leva a um tipo de abstracionismo excessivo. Segundo ela, quando nos afastamos da realidade concreta, acabamos produzindo apenas teorias vazias, abstrações que ignoram sujeitos reais, como o indígena e a mulher negra, que estão produzindo cultura, história, intelectualidade e epistemologias. Para Lélia, não podemos continuar absorvendo apenas referências externas e descoladas das raízes que constituem o nosso país.

Em uma das perguntas, ao ser provocada sobre o discurso progressista e a esquerda no Brasil, Lélia afirma que a esquerda tende a minimizar a questão racial, fazendo com que o movimento negro não encontre espaço nem na direita nem na esquerda. Ela ressalta que o problema do racismo é muito mais antigo do que o próprio sistema capitalista e está profundamente entranhado na mentalidade das pessoas, de modo que a simples mudança de um sistema econômico para outro não é suficiente para eliminar a discriminação racial. Trata-se de um processo histórico, cultural e social muito mais profundo.

Outro ponto fundamental que Lélia reafirma é que o negro não constitui uma minoria cultural, uma vez que a cultura brasileira é negra por excelência. Ela exemplifica isso inclusive na língua, ao afirmar que o português falado no Brasil não é o mesmo de Portugal, mas sim o *pretuguês*, resultado da influência africana na formação da língua e da cultura nacionais.

Lélia também chama atenção para o modo como as pautas do movimento negro são frequentemente censuradas, dependendo dos espaços em que são apresentadas. Isso revela um falso progressismo, que aceita o discurso apenas até o momento em que ele não ameaça privilégios. Quando esses privilégios são questionados, surge a acusação de "racismo reverso" ou "racismo às avessas", numa tentativa de silenciar as reivindicações do movimento negro.

Ela reforça ainda que a discriminação racial se manifesta de forma evidente no mercado de trabalho, mas também nos espaços que os sujeitos negros ocupam — ou são impedidos de ocupar. Essas desigualdades atravessam a organização social e revelam como o racismo opera de maneira estrutural.

Ao abordar a educação, Lélia permite estabelecer uma relação direta com a crítica à pedagogia eurocêntrica e a necessidade de construção de uma pedagogia afro-brasileira. Essa discussão evidencia como o eurocentrismo continua moldando os currículos, os saberes legitimados e as práticas educativas.

Outro aspecto enfatizado por Lélia é a recusa de muitas pessoas em se comprometerem politicamente e se posicionarem. Para ela, a consciência política e cultural é indispensável, pois sem ela não há transformação real. Nesse sentido, também é fundamental compreender a diferença entre valores, democracia e ética, inclusive no modo como se acessam e se compreendem espaços religiosos e culturais, como a Macumba e outras expressões afro-brasileiras.

Por fim, Lélia destaca a resistência cultural da população negra em qualquer território onde esteja. Essa resistência só pode ser verdadeiramente compreendida a partir de um conhecimento profundo, sério e respeitoso das instituições, culturas e tradições africanas, que sustentam historicamente as formas de organização, espiritualidade e luta do povo negro.

A lei facilita a violência

Fala da lelia sobre as violências no país e como é facilitado essa violência, propondo que o governo pratique essa violência e por não evitá-la, seria essa uma estratégia onde são escolhidos os violentados e o projeto de branquear o pais não sumiu? tambem é apontado que "A mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual." p.298

A militância é importante para despertar a conscientização e permitir a crítica. Na maioria das vezes, tanto a mulher quanto o negro internalizam a própria desigualdade. Os casos de violência para com a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreados. E a lei facilita essa violência criando artifícios para inocentar o opressor. p.298

Entrevista ao jornal Mulherio : Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT/RJ

Este capitulo fala da questão de negro vota em negro, mulher em mulher e etc., Lelia tras um ponto importante é que temos que votar quem represente e reivindique essas questoes, pq não é toda mulher que vai por em pauta o que as mulheres querem e nem todo negro que levanta palta racial.

“Nas eleições de 78, o Movimento Negro Unificado, ao qual pertenço, criou a categoria do “voto racial”, que consistia no apoio aos candidatos que levassem, na sua campanha e no Parlamento, as reivindicações da comunidade negra. Esses candidatos não eram necessariamente negros.” (p.300)

“Mas temos que estar atentas, pois há muito candidato (e candidata não feminista também) por aí que, por mera demagogia eleitoreira, se diz defensor dos direitos das “minorias”.” (p.300)

O racismo no Brasil é profundamente disfarçado

Este capítulo fala como o racismo é muito disfarçado no brasil, mesmo mudando algumas coisas continuam marginalizando a “minoria”. “Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente.” (302) Também traz a história da escravidao e a luta organizada do negro, sua cultura. Também abrange a promoção da cultura, não como folclore.

Mito feminino na revolução malê

O capítulo trata da revolta dos malês que tinha suas pautas e desmentindo ideias de passividade e figuras inventadas pois não tem prova de existência. Fala tambem sobre o desempenho do movimento negro e suas lutas pelo reconhecimento. Fala também do valor da mulher negra no brasil. “Você vê que a negra marca sua presença em todos os momentos importantes na luta, ao lado de seus companheiros, como é o caso da Revolta dos Malês, elas estavam todas lá, participando. Figuras como Tereza, Edu e outras mais” (307p.). Tambem fala da marginalização e descriminalização da mulher negra. “Ela não acompanhou a modernização pela qual o Brasil passou nos últimos vinte anos, uma modernização conservadora e excludente. A grande excluída dessa modernização foi a massa trabalhadora, onde se concentra a maioria dos negros. Ela não recebeu benefícios, só recebeu mais racismo. Em comparação com a mulher branca, podemos dizer que esta recebeu mais vantagens, e para a negra só restaram injustiças.” (307p.). outro ponto é que a Lélia Gonzalez apresenta uma pesquisa que analisa a relação entre **homossexualidade e candomblé**, dois campos historicamente discriminados, destacando o candomblé como espaço de acolhimento e construção identitária. O estudo denuncia os **preconceitos religiosos, sexuais e culturais** presentes na sociedade brasileira e afirma a necessidade de combatê-los. Além disso, anuncia novas pesquisas sobre as **lutas contemporâneas das mulheres negras**, visando transformá-las em materiais didáticos.

A **Revolta dos Malês**, ocorrida em Salvador em 1835, foi uma das mais importantes insurreições de pessoas negras escravizadas e libertas no Brasil. Organizada majoritariamente por africanos muçulmanos — chamados de *malês* —, a revolta tinha como objetivo principal combater a escravidão, a opressão racial e a perseguição religiosa. Os malês possuíam alto grau de organização política e cultural, utilizavam a escrita árabe como forma de comunicação e planejavam a insurreição de modo estratégico, o que desmente a ideia de passividade dos africanos escravizados. A revolta foi violentamente reprimida pelo Estado imperial, mas permanece como símbolo da resistência negra e da luta por liberdade no Brasil.

A figura de **Luísa Mahin** é frequentemente associada à Revolta dos Malês como uma suposta líder feminina, porém, segundo Lélia Gonzalez e outros historiadores, **sua existência não possui comprovação histórica**. Não há registros documentais da época — como cartas, processos, listas policiais ou relatos contemporâneos — que confirmem a atuação ou mesmo a existência de Luísa Mahin. A personagem teria sido criada posteriormente, especialmente por Pedro Calmon, como uma construção simbólica e romantizada da participação feminina

negra. Para Lélia, esse mito acaba obscurecendo a participação real, coletiva e cotidiana das mulheres negras na resistência, substituindo a história concreta por uma figura idealizada, o que reforça apagamentos ao invés de combatê-los.

A democracia racial: Uma militância *

Neste capítulo, a autora discute a militância e problematiza a ideia de democracia racial no Brasil. Logo no início, ela afirma que enquanto a questão racial não for assumida pela sociedade brasileira como um todo — tanto por negros quanto por brancos —, e enquanto não houver uma reflexão coletiva acompanhada de uma práxis de conscientização sobre a discriminação racial existente no país, será muito difícil alcançar, de fato, uma democracia racial.

A autora também critica os projetos de homogeneização da sociedade brasileira, que atingem especialmente as populações indígenas, apagando ancestralidades, identidades e etnias. Esse processo evidencia a tentativa de eliminar a diversidade em nome de um padrão considerado "normal". Nesse sentido, surge o questionamento sobre o que é entendido como normalidade: por que a ideia de uma falsa democracia racial é naturalizada, enquanto denunciar sua inexistência é visto como algo anormal, negativo ou até mesmo interpretado como "racismo às avessas"? Essa inversão revela como o discurso dominante atua para silenciar críticas e manter desigualdades.

Lélia Gonzalez destaca ainda que há um longo caminho a percorrer para que o Brasil se reconheça como um país verdadeiramente multiétnico, marcado por uma ampla diversidade de manifestações culturais. Nesse contexto, o lugar do negro é central, sobretudo no campo cultural, já que a produção artística oficial brasileira se inspira, em grande parte, nas expressões culturais negras, ainda que isso nem sempre seja reconhecido de forma explícita.

Outro ponto fundamental abordado no capítulo é a questão da linguagem. A autora observa que, no próprio uso da linguagem, é possível identificar classificações que sustentam a ideologia dominante. A linguagem não é neutra: ela é escolhida, carrega sentidos, constrói percepções e também pode funcionar como instrumento de manipulação. Um exemplo disso aparece na distinção feita entre a Música Popular Brasileira (MPB) e o samba, tratados como categorias separadas. Enquanto a MPB é associada a um espaço mais valorizado e ligado a

uma classe média branca, o samba é frequentemente restrito a um lugar específico, associado à população negra, como se não pudesse ultrapassar determinados limites simbólicos.

Dessa forma, a linguagem acaba ocultando desigualdades e hierarquias que muitas vezes passam despercebidas. Por fim, a autora ressalta a importância de estar atento aos processos sociais em curso, não apenas no que diz respeito à questão racial ou à condição das mulheres, mas considerando a sociedade de forma global. É a partir dessa compreensão mais ampla que se torna possível atuar de maneira crítica e desenvolver estratégias de luta capazes de contribuir, de fato, para a construção de uma democracia racial no Brasil.

"O importante é procurar estar atento aos processos que estão ocorrendo dentro dessa sociedade, não só em relação ao negro, ou em relação à mulher; você tem que estar atento a esse processo global e atuar no interior dele para poder efetivamente desenvolver estratégias de luta." (312p.)

Entrevista ao Pasquim *

O *Pasquim* reunia jornalistas, cartunistas e intelectuais que usavam **humor, ironia, charges e linguagem coloquial** para criticar o autoritarismo, a censura, o conservadorismo e as desigualdades sociais. Justamente por causa da censura, muitas críticas apareciam **de forma indireta**, por meio de metáforas, piadas e trocadilhos — como a frase **"prevaleceu a broa de milho"**.

Neste capítulo podemos destacar que a Lélia também é uma figura histórica e que merece ter seu destaque. Lélia é história, política é ética. também fala dos partidos, a troca de partido da Lélia, pelo tratamento e silenciamento das questões. Outro ponto resaltado é o de "[...]nós somos mulheres direitas, mas não de direita."(p.316). Também é importante destacar a manipulação do discurso, um exemplo é "Nós estamos preocupadas com um tipo de manipulação que evidentemente está acontecendo, que é o caso do voto na mulher pelo simples fato de ser mulher. Outro caso também é, por exemplo, o voto no negro pelo simples fato de ser negro. Está havendo um processo de direitização no mundo, a direita está se apropriando das propostas do movimento social e chega com seus representantes aí, é lógico que existem negros e mulheres que são manipulados pela direita. Já sabemos, por exemplo, que existem elementos da Unita tentando se contatar com elementos do movimento negro

aqui no Brasil. Nós sabemos muito bem a importância do país em relação às jovens nações africanas e temos a consciência de que não podemos baixar a guarda.” (p.317). também fala sobre o que é ser criolo e a manipulação da lei em respeito às religiões.

“MARA TERESA Eu queria te perguntar uma coisa sobre o filme Je vous salue, Marie . Em primeiro lugar, o Brasil não possui religião oficial; o presidente proibiu o filme por “cortesia” ao clero. Eu soube, por um artigo do Sobral Pinto, que existe um item na Constituição que diz que uma atitude que seja considerada desrespeitosa a um credo pode ser proibida. Nós vemos filmes, muitas vezes até na televisão, que são um verdadeiro desrespeito aos cultos afro-brasileiros. Por que então não se utiliza a Constituição para coibir esses filmes que debocham dos cultos negros no país? LÉLIA GONZALEZ: É o problema do conflito entre a cultura dominante e a cultura dominada. Tudo que vem da cultura dominada é universal, racional, brilhante etc. e tal. As religiões negras e indígenas são chamadas de “cultos”. As línguas africanas não são consideradas línguas, mas sim “dialetos”; é óbvia a postura etnocêntrica, racista, que se apoia num evolucionismo linear e idiota que se entranhou no pensamento das classes dominantes brasileiras. É uma hipocrisia o que estão fazendo com esse filme. Muitos filmes que valorizam a violência são assistidos pelos nossos filhos e nada se faz a respeito.” (p.318).

Aqui fala bastante sobre a vida da lelia. da página 319 a 323.

Outra questão levantada é a distorção cultural. Na entrevista, ela toma um posicionamento sobre a questão do aborto e afirma que o aborto precisa ser legalizado, porque existem coisas que devem ser descriminalizadas, como o aborto, e outras que precisam ser criminalizadas, como a discriminação. Essa discussão envolve também uma questão de cultura popular, de planejamento familiar e da ideologia da reprodução. Tudo isso influencia diretamente a forma como vivemos na sociedade atual.

Outro ponto que foi levantado na entrevista diz respeito a práticas que acontecem em algumas regiões da África, como a excisão do clitóris e o costume de costurar a vagina das mulheres. Foi perguntado como o movimento negro trabalha essa questão, e ela responde que o movimento negro não atua diretamente nesse tema. No entanto, como antropóloga, ela traz a visão dela sobre o assunto.

Ela explica que a história da clitoridectomia está ligada à história da circuncisão. A prática da clitoridectomia teria origem entre os dogons, um grupo que vive em uma região onde existe

uma concepção de diversidade andrógina. Nesse contexto, acredita-se que, quando as crianças nascem, é preciso retirar do homem aquilo que é considerado feminino, o prepúcio, e retirar da mulher aquilo que é considerado masculino, o clitóris.

Com a chegada do islã à África, houve um reforço dessa prática da clitoridectomia. Ela também destaca que a ideia de que o clitóris é retirado para que a mulher não sinta prazer sexual é uma interpretação ocidental. São culturas diferentes, e não podemos analisar essas práticas a partir das nossas próprias perspectivas. É preciso entender quais são os valores que existem nesses contextos.

Ela também questiona essa visão de que o prazer só acontece na genitália, afirmando que isso é uma concepção ocidental. O prazer não se restringe apenas ao orgasmo.

Entrevista ao Jornal do MNU

Cooptação é um conceito político que se refere ao **processo pelo qual o sistema de poder incorpora, neutraliza ou controla pessoas, lideranças ou movimentos críticos**, oferecendo vantagens individuais para **enfraquecer a luta coletiva**.

De forma mais clara: **o sistema "puxa para dentro" quem o critica**, oferecendo cargos, visibilidade, recursos ou reconhecimento, **não para mudar a estrutura**, mas para **desmobilizar, silenciar ou dividir o movimento**.

Para falar sobre o texto dessa entrevista, uma parte importante que é destacada diz respeito à identidade da Bahia e a como ela é formada a partir de diferentes formatos, principalmente ligados às nossas origens culturais africanas. Eu acho fundamental pensar essa questão da formação da identidade: como a nossa identidade foi construída e refletir sobre isso para que a gente consiga entender o que estamos vivendo hoje, para onde estamos indo e como vamos agir para que as futuras gerações não tenham o desconhecimento da sua própria história nem o desinteresse pelas escolas.

Outra questão levantada é a troca de questões e ideias, ou seja, de movimentos para movimentos, de países para países. A gente precisa estar consciente disso, perceber e entender o que está acontecendo tanto do lado de fora quanto do lado de dentro do país.

Também é muito reforçado que não dá mais para ficar escamoteando a questão das relações raciais no Brasil, porque nós estamos aí, de uma forma ou de outra, inseridos nessa realidade.

Uma questão muito importante é o passar do legado. Se a gente não consegue mudar o mundo e construir uma democracia realmente racial em uma única geração, esse legado precisa ser passado de geração em geração. E, para isso, essa geração precisa entender o que precisa ser feito. Ela reflete dizendo que não estamos mais naquele tempo em que bastava apenas fazer pequenas manifestações de rua. Quando for necessário, tudo bem, mas é preciso também nos voltar para dentro do quilombo e nos organizar melhor, no sentido de dar o instrumental para aqueles que vão chegar e continuar o nosso trabalho.

A Lélia reforça muito essa ideia de que precisamos voltar às nossas origens e estar sempre nos organizando para que não sejamos escamoteados nem silenciados. Outra questão muito importante que ela ressalta é a falta de igualdade no acesso às informações. Como é que a gente vai conscientizar se as informações não chegam a determinados lugares? Ela reforça, por exemplo, que o pessoal da área de informática oferece cursos para quem não conhece, senta, conversa e mostra como funciona. Assim, você institucionaliza também, por exemplo, o pessoal que vai trabalhar na área da educação.

Ela reforça ainda que a gente não pode ficar apenas defendendo a oralidade e a cultura oral; é preciso também estar na escrita. Ela dizia que achava válido defender a oralidade, mas que isso não era suficiente. Só defender a oralidade não basta, porque, se não souber ler, você vai "dançar": é arrancado da chamada civilização, não tem espaço e vira aquela massa anônima que aparece nos romances de ficção científica. Por isso, a gente precisa trazer a escrita junto com a oralidade, implementar a escrita para que possamos garantir o nosso lugar.

Isso me faz refletir que precisamos saber ler e falar, ser críticos, nos manifestar e manter o nosso lugar. Tudo isso nos ajuda a falar, a nos posicionar e a desenvolver trabalhos, como os da educação também.

Outra coisa muito importante que ela fala é sobre a questão ética e política. Ou seja, é preciso se perguntar qual é a ética que a gente está trabalhando e se essa ética é ofensiva ou não. Não basta apenas ficar dizendo: "olha, sou o primeiro governador negro eleito". É importante que essas pessoas percebam a tarefa e a exigência ética que elas têm com relação à sua comunidade. E, se existe uma exigência ética, ela também precisa ser política, porque as duas coisas se articulam.

Não é simplesmente votar em um negro para que, depois de eleito, ele apenas se apresente dizendo que é o primeiro negro a ocupar aquele cargo, sem lutar pelas causas do seu povo. Essa postura não dá conta do compromisso necessário. Por isso, essa perspectiva ética é muito reforçada, mas sempre apontando para o político também.

Ela destaca ainda a importância de não olhar apenas para dentro. Ou seja, a gente percebe que existem exigências éticas internas ao movimento, e que o movimento negro, muitas vezes, ainda não tomou plena consciência delas. Mas também é fundamental olhar para fora, perceber o que está além do movimento. É preciso considerar essas exigências éticas tanto no interior do movimento quanto fora dele, ampliando essa consciência e essa responsabilidade.

Outro ponto destacado é o cuidado que a gente precisa ter. É preciso ter muita consciência, muito cuidado e muita atenção para não cair nas ciladas feitas pelo sistema. A Lélia fala que a gente percebe que determinados quadros, pessoas que têm competência e capacidade, acabam se deixando levar por propostas de cooptação. É aquela famosa "molhação de mão" que vem do sistema. E aí a pessoa se vê numa espécie de beco sem saída, porque, de repente, ela está apanhando de um lado e o outro não ajuda, já que está comprometida com a própria cooptação.

Nesse processo, a pessoa acaba se fechando para a sua comunidade e para os seus companheiros do Movimento Negro, porque está muito comprometida com essa proposta de cooptação, muitas vezes achando que ainda está atuando enquanto militante. Mas, na prática, já está presa às exigências do sistema.

Outra questão muito importante que ela ressalta é para a gente não ficar no gueto. A gente não é do gueto, porque a gente é maioria. E aí entra também a relação de passar o poder. Se nós somos a maioria, efetivamente, temos que lutar pelos nossos direitos. Não temos que ficar restritos ao gueto; precisamos ocupar lugares e espaços na sociedade como um todo. Não há dúvida de que as propostas mais democráticas partem de nós. É da gente que têm que partir essas propostas de democracia, de forma efetiva.

O sistema funciona justamente no sentido de alijar a maioria. Basta observar o quadro da classe política: é a mesma coisa desde que o Brasil é Brasil. Daqui a pouco é o mesmo sujeito, depois o filho, depois o neto. O poder circula praticamente nas mesmas mãos, enquanto nós ficamos de fora, nós que somos o povo. O movimento negro cultural já

demonstrou inúmeras vezes que nós somos o povo; isso já foi provado tranquilamente para todo mundo. Só não vê quem é cego ou quem escolhe permanecer cego.

Por isso, a gente precisa sempre tentar quebrar esse ciclo. Outra coisa que a gente tem que perceber é que o feitor de hoje muitas vezes aparece como um grande aliado, aquele que chega, bate nas costas e se apresenta como parceiro. Mas, de repente, está vivendo às custas da nossa comunidade, se dizendo um grande aliado que faz e acontece. E, aparentemente, até faz alguma coisa, mas faz sempre para dentro do sistema. E o sistema olha e diz: "esse cara é legal".

É como se a comunidade estivesse ali, uma pessoa da comunidade estivesse dentro do sistema, e esse sistema acabasse corrompendo essa pessoa. Então, o sistema passa a dizer que ela é boa, mas ela é considerada boa justamente porque está seguindo as ordens do sistema, e não porque está comprometida, de fato, com a transformação da realidade do seu povo.

Outra coisa que a gente precisa pontuar é que não podemos reproduzir mecanicamente as propostas de um movimento feminista ocidental, judaico-cristão, entre outros. A gente precisa, inclusive, ter uma visão muito crítica desse movimento feminista, porque não dá para ficar reproduzindo determinadas práticas que vão contra a nossa própria existência. E isso não vale só para o movimento feminista, mas para todos os movimentos. Até dentro do movimento negro é preciso tomar cuidado com o machismo e o sexismo que estão ali presentes, rondando as nossas existências.

Entra também a questão de ver o outro e estar com o outro. Existem lideranças dentro do movimento negro que só se relacionam com mulheres brancas, e isso é, sem sombra de dúvidas, uma forma de reprodução do sistema e do esquema racista. Ou seja, se você percebe que só se relaciona com pessoas brancas, é preciso se perguntar por quê. Se você gosta apenas de brancas, é porque foi criado assim, dentro de um pensamento racista que ainda precisa ser conscientizado. É necessário não só ver o branco, mas ver os outros que estão à sua volta também e conviver com esse outro.

Outra questão que a Lélia bate muito na tecla é a da consciência histórica, que é constantemente negligenciada e retirada. E é principalmente dentro do movimento que a gente precisa ter essa consciência. Um ponto muito importante também é saber até onde você pode ir dentro dessa luta, dessa guerrilha, seja nas escolas, seja nos movimentos. Ela aponta que é aí que os africanos podem nos ensinar muito: precisamos ter uma paciência

revolucionária, no sentido de observar, saber olhar, entender que não dá para abraçar o mundo com as pernas e os braços ao mesmo tempo.

A partir disso, você desenvolve uma consciência histórica da temporalidade do processo, o que permite ter mais tranquilidade em relação à sua inserção no movimento. Você adquire uma sabedoria, entende o seu tempo, o seu momento de atuação, o que você pode fazer. E também desenvolve a humildade de reconhecer: eu posso dar essa contribuição e vou dar com todo o meu carinho, mas eu não sou o único, não sou o salvador da pátria.

É ter essa consciência de que você vai fazer o trabalho, vai contribuir para a consciência das crianças, por exemplo, mas não consegue fazer tudo ao mesmo tempo nem transformar o mundo sozinho. É ter esse senso de limite: até onde eu posso ir, até onde eu não posso, até onde eu não vou ser demitida. Isso também precisa ser refletido.

Quando a frustração chega, não é para se isolar. A gente sai muito ferido e machucado desse processo, porque o sonho é grandioso e a realidade é dura. Machuca não só porque você investiu demais nesse tipo de projeto, mas também pelas porradas que os outros dão ao longo do caminho. Nesse sentido, é preciso saber a hora de interferir e como interferir, sem cair num individualismo excessivo.

Trabalhar com o outro é fundamental: saber trocar ideias, dialogar, entender se você está dentro do ponto ou se está fora. Também é importante se ver na sua dignidade enquanto ser humano. Você, enquanto pessoa, precisa buscar crescer e se desenvolver. Não dá para estar apenas voltado para o futuro ou apenas para o projeto; você também precisa se cuidar.

A gente precisa manter esse equilíbrio. Não é largar tudo e ir contra a própria existência, mas também não é entregar a vida inteira a um projeto. É saber encontrar o equilíbrio entre desenvolver a própria vida e desenvolver o projeto coletivo.

Apêndice: A propósito de Lacan *

Na perspectiva de Roman Jakobson, a linguagem funciona a partir de dois eixos fundamentais: o eixo da seleção, associado à metáfora, e o eixo da combinação, associado à metonímia. A metáfora opera por substituição, isto é, um significante ocupa o lugar de outro com base em uma relação de semelhança, produzindo condensação de sentidos. Já a

metonímia funciona por contiguidade, por encadeamento, fazendo o sentido deslizar ao longo da cadeia significante. Lacan retoma essa formulação estruturalista e a desloca para o campo da psicanálise, afirmando que esses dois mecanismos não organizam apenas a linguagem, mas o próprio funcionamento do inconsciente. Assim, a metáfora passa a ser entendida como o mecanismo de produção de sentido — onde algo novo emerge pela substituição — enquanto a metonímia expressa o movimento infinito do desejo, que nunca se satisfaz plenamente, pois o sentido está sempre em deslocamento. Dessa forma, a linguagem deixa de ser transparente e passa a ser compreendida como atravessada pela falta, pelo equívoco e pela impossibilidade de fechamento total do significado.

Nesse mesmo movimento, denotação e conotação, em Jakobson e principalmente em Lacan, não podem ser compreendidas como níveis estáveis e hierarquizados do sentido. A denotação, tradicionalmente associada ao sentido literal e objetivo, é problematizada como uma ilusão de transparência, uma tentativa de fixar o significado e silenciar os deslizamentos próprios da linguagem. A conotação, por sua vez, deixa de ser vista como mero acréscimo subjetivo e passa a representar o funcionamento real do significante, no qual o sentido se produz por deslocamentos metafóricos e metonímicos. Para Lacan, não existe denotação pura, pois todo sentido já está inscrito na cadeia significante e atravessado pelo desejo e pela história do sujeito. Assim, denotação e conotação não se opõem de forma rígida, mas revelam a tensão entre o esforço de normalização do discurso e a natureza estruturalmente equívoca da linguagem, o que tem profundas implicações políticas, epistemológicas e subjetivas.

A semiologia do discurso é um campo de estudo que investiga como os sentidos são produzidos, organizados e disputados nos discursos, indo além da análise do signo isolado. Diferentemente de uma semiologia clássica, que tende a estudar a relação fixa entre significante e significado, a semiologia do discurso entende que o sentido não é natural, neutro nem estável, mas construído histórica, social e ideologicamente.

Para Lacan, a cadeia sintagmática não é uma simples sequência linear de signos, mas um campo atravessado por deslocamentos e substituições do significante. A metáfora e a metonímia operam como transformações dessa cadeia, produzindo efeitos de sentido que escapam ao controle do código linguístico e revelam a incidência do inconsciente na linguagem.

“a linguagem de primeiro grau, dadas as suas características, enfatiza o papel do código ao colocá-lo como substituto do sujeito enquanto significante, isto é, enquanto lugar e

função fundamental para a significação. Com isso, de acordo com a denominação de Antônio Sérgio Mendonça, ela se põe como estrutura de exclusão do sujeito , ao passo que a linguagem de segundo grau, na medida em que nela o código é determinado pela inclusão do sujeito como função significante, situa-se como estrutura de inclusão do sujeito " (p.340) a inclusão e a expulsão do sujeito na linguagem, pode ser usado como estratégia pelo sistema para adquirir poder e na escola acabamos reproduzindo caso não estejamos atentos com nosso discurso, pois se usarmos a linguagem de forma inadequada acabamos por excluir os alunos.

Esse texto explica que **o sentido não está nos elementos isolados**, nem no conteúdo explícito dos discursos, mas na **estrutura inconsciente de relações**, revelada por modelos analíticos que operam cortes, oposições e deslocamentos. A linguagem funciona a partir de uma lógica imanente, pressionada pelo contexto, e o inconsciente aparece não como um significado escondido, mas como uma falta estrutural que organiza o discurso, possibilita o sentido e ao mesmo tempo exclui o sujeito de sua plena realização.

Dormeuse denuncia é que o discurso é máscara como o é a pessoa, e que todos se alienam a ambos, e aí está a loucura essencial p. 343,344

No apêndice, M. D. Magno é apresentado como um pensador que, dialogando criticamente com Lacan, promove a desconstrução da linearidade sintagmática característica dos discursos da ordem, da clareza e da normalização. Sua reflexão desloca o foco da linguagem enquanto sistema transparente para a linguagem como espaço de falha, máscara e alienação, onde o sujeito não se constitui como unidade, mas como clivagem. Ao propor o conceito de *ôme*, entendido como uma não-pessoa ou grau zero da personalidade, Magno evidencia o sujeito enquanto lugar de falta, anterior às instâncias do enunciado e da enunciação. A introdução da categoria do *Dichter* reforça essa perspectiva ao situar o sintoma como ponto de irrupção do inconsciente no discurso, rompendo com a lógica estritamente linguística do signo. Dessa forma, sua proposta de uma Semasionomia afirma uma hermenêutica que acompanha os efeitos do significante e a deriva do sujeito, recusando tanto o reducionismo cientificista quanto a exclusão do inconsciente e do desejo nos processos de significação.